



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

RODOLFO DE CARVALHO MONTEIRO

**UM BAIRRO NO MANGUE: CONDIÇÕES DE VIDA NO BAIRRO DO
BARALHO – BAYEUX – PB**

João Pessoa - PB
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

RODOLFO DE CARVALHO MONTEIRO

**UM BAIRRO NO MANGUE: CONDIÇÕES DE VIDA NO BAIRRO DO
BARALHO – BAYEUX – PB**

Monografia apresentada junto ao
Curso de Geografia da
Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Msc. Ana Glória Cornélio Madruga

João Pessoa - PB
2014

M775u Monteiro, Rodolfo de Carvalho.

Um bairro no mangue: condições de vida no Bairro do Baralho -
Bayeux-PB. / Rodolfo de Carvalho Monteiro.- João Pessoa, 2014.

79f.

Orientadora: Ana Glória Cornélio Madruga

Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN

1. Geografia. 2. Deficiências urbanas - Bairro do Baralho -
Bayeux-PB. 3. Uso e ocupação do solo. 4. Manguezal. 5. Pesca.

UFPB/BC

CDU: 91(043.2)

TERMO DE APROVAÇÃO

RODOLFO DE CARVALHO MONTEIRO

UM BAIRRO NO MANGUE: CONDIÇÕES DE VIDA NO BAIRRO DO BARALHO – BAYEUX – PB

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Prof.^a Msc. Ana Glória Cornélio Madruga (Orientadora)
Departamento de Geociências

Prof. Dr. Utaiguara da Nóbrega Borges
Departamento de Geociências

Msc. Noemi Paes Freire
Departamento de Geociências

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente agradeço a Deus por ele me transmitir paz, saúde e força.
- A Orientadora e Professora Ana Madruga que sempre me orientou, apoiou e me passou motivação extra para a realização desta pesquisa.
- Aos demais professores que contribuíram para a minha formação.
- Aos moradores do Bairro do Baralho que participaram direta ou indiretamente nesta pesquisa.
- A minha família em especial a minha mãe Eudemira, ao meu pai Anilton, aos irmãos Hugo e Harley e a minha namorada Mabelly que sempre me apoiaram e me deram forças, sem eles com certeza não chegaria aonde cheguei.
- A todos os meus amigos que conquistei durante a realização do curso.
- Em especial a Murillo, Abraão, Rafael e Adriano que foram amigos fiéis e contribuíram de alguma forma para esta pesquisa.

RESUMO

MONTEIRO, R.C. **Um Bairro no Mangue: Condições de Vida no Bairro do Baralho**. 2014. 79 p. Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2014.

O objetivo desta pesquisa é resgatar historicamente o processo ocupacional do Bairro do Baralho e fazer uma análise situacional, destacando o uso e ocupação do solo e atividades econômicas, assim como verificar as deficiências urbanas consequência de uma ocupação desordenada, sobretudo, em áreas de mangue decorrido de falta de planejamento por parte das autoridades. O bairro do Baralho é uma comunidade situada a leste do município de Bayeux, tem como seu eixo orientador a Avenida Liberdade, também chamada de “trecho morto” devido à construção da Avenida Nova Liberdade, por isso é uma via pouca utilizada. Limita-se ao Norte com o manguezal, ao oeste com o bairro de São Bento, ao Leste com João Pessoa e ao Sul com o Rio Sanhauá. É um bairro ainda composto por moradores que vivem de atividades ligadas a pesca, assim como, por migrantes de outras regiões. No entanto, com o surgimento das indústrias no seu em torno, como também, o avanço da expansão urbana, os problemas físicos, ambientais e sociais ficam evidente prejudicando a população. Para a realização desta pesquisa foi necessária reunir um misto de informações para entender a dinâmica do problema, bem como outros métodos, como, visitas ao local para diagnosticar os possíveis problemas e conversas informais com os moradores, contribuindo para o acervo de complementos de informações da pesquisa.

Palavras – Chave: Bairro do Baralho, Manguezal, Pesca.

ABSTRACT

MONTEIRO, R. C. **A Neighborhood in Mangrove: Living Conditions in the Baralho Community**. 2014. 79 p. Monograph (Undergraduate) - Federal University of Paraíba, João Pessoa - PB, 2014.

The objective of this research is to historically rescue the Baralho Community's occupational process and make a situational analysis, highlighting the use and occupation of the soil and economic activities as well as to verify the deficiencies resulted from a disorderly urban occupation, especially in mangrove areas elapsed by the lack of planning from the authorities. The Baralho Community is located at the east side of Bayeux town, having as its principle guiding the Liberdade Avenue, as known as "dead stretch " due to the rise of the New Liberdade Avenue, which is a non used route. Confined to the North with the mangrove, to the West with the district of São Bento, João Pessoa in the East and the Sanhauá River in the South. It's still a neighborhood composed by residents who live on activities related to fishing, as well as by migrants from other regions. However, with the rising of industries in its outskirts, as well as the advance of urban sprawl, physical, environmental and social problems are evidently harming the population. For this research it was necessary to bring together a mix of information to understand the dynamics of the issue as well as other methods such as site visits to diagnose potential problems and informal conversations with residents, contributing to the collection of complementary information research.

Key words: Baralho Community, Mangrove, Fishing.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	08
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE GRÁFICOS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 01: CONTEXTO HISTÓRICO PARA O SURGIMENTO DO BAIRRO DO BARALHO EM BAYEUX/PB	16
1.1 Resgate Histórico da cidade de João Pessoa e Bayeux – PB	16
1.1.1 Cidade de João Pessoa	16
1.1.2 Cidade de Bayeux	22
1.2 Constituição do Bairro do Baralho.....	24
1.3 Atividades Econômicas	31
CAPÍTULO 02: ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX E DO BAIRRO DO BARALHO.....	36
2.1 Localização.....	36
2.2 Características da Área de Estudo.....	40
2.2.1 População	40
2.2.2 Compartimentos Naturais e Morfologia.....	44
2.3. Manguezal	48
CAPÍTULO 03: ATIVIDADES ECONÔMICAS E A SITUAÇÃO SOCIAL DO BAIRRO DO BARALHO	55
3.1 A Pesca Artesanal.....	55
3.2 A Comunidade	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Cidade da Parahyba em 1885.....	20
Figura 02 - Trilha utilizada para o desbravamento de lugares por Teodósio.....	25
Figura 03 - Ponte Sanhauá reconstruída em 1920.....	26
Figura 04 - Ponte Sanhauá atualmente.....	26
Figura 05 - Casas no Baralho na década de 1930.....	27
Figura 06 - Casas antigas no Baralho.....	28
Figura 07 - Casas antigas no baralho, porém algumas com a faixa da frente modificadas.....	28
Figura 08 - Faixada da frente da casa antiga que hoje funciona uma panificadora.....	29
Figura 09 - Na faixa mostra a data inicial de sua construção localizada na parte superior da casa que foi em 1919.....	29
Figura 10 - Fábrica de Sisal, Companhia Industrial do Sisal S/A.....	33
Figura 11 - Mapa do Município de Bayeux.....	37
Figura 12 - Mapa do Bairro do Baralho.....	38
Figura 13 - Planta Esquemática do Bairro do Baralho.....	39
Figura 14 - Mapa Litológico.....	47
Figura 15 - Aves repousando em troncos de árvores do manguezal.....	51
Figura 16 - Distribuição e níveis de degradação dos ecossistemas ao longo da Costa Brasileira.....	53
Figura 17 - Forma de pesca tradicional dos pescadores do bairro.	60
Figura 18 - Depósito onde os pescadores guardam seus materiais.....	61
Figura 19 - Canoas utilizada para a pesca.....	61

Figura 20 - Redes de esgotos que dificultam o trabalho do pescador.....	61
Figura 21 - Rede de esgoto de João Pessoa com destino ao Rio Sanhauá, próximo do bairro do Baralho.....	66
Figura 22 - Lixo acumulado nas margens do Rio Sanhauá.....	67
Figura 23 - Início da Avenida São Paulo, próximo à fábrica de Sisal.....	68
Figura 24 - Final da Avenida São Paulo, não existe saída.....	68
Figura 25 - O início da Avenida Liberdade fechada devido à estrutura danificada da Ponte Sanhauá.....	69
Figura 26 - Mercado de Peixe.....	70
Figura 27 - Supermercado do bairro.....	70
Figura 28 - Pequenos estabelecimentos comerciais.....	70
Figura 29 - Pequenos estabelecimentos comerciais.....	70
Figura 30 - Igreja Católica.....	70
Figura 31 - Igreja Assembleia de Deus.....	70
Figura 32 - Posto de Saúde do Bairro do Baralho.....	71
Figura 33 - Casas abaixo da linha da rua.....	72
Figura 34 - Vilas de difícil acesso prejudicam a coleta de lixos e outros serviços públicos.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Evolução comparada do PIB.....	35
Tabela 02 – Estrutura Empresarial – 2001.....	35
Tabela 03 - População residente por situação do domicílio e sexo.....	40
Tabela 04 - População residente por cor ou raça.....	41
Tabela 05 - População residente por sexo.....	42
Tabela 06 - População residente, por cor ou raça e sexo.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Grupos de moradores do Bairro do Baralho.....	30
Quadro 02 - Espécies Vegetais do Ecossistema do Manguezal.....	45
Quadro 03 - Descrição dos grupos funcionais.....	50
Quadro 04 - Produção de bens em áreas de mangues.....	54
Quadro 05 - Relação de peixes.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - População residente, por situação do domicílio e sexo.....	40
Gráfico 02 - População residente, por cor ou raça.....	41
Gráfico 03 - População residente por sexo.....	42
Gráfico 04 - População residente, por cor ou raça e sexo.....	44

INTRODUÇÃO

A configuração do sistema de urbanização das cidades brasileira era para ser baseado em modelos europeus. O resultado, no entanto, foi o oposto, a modernização das cidades brasileiras não conseguiu acompanhar o ritmo da urbanização das cidades europeias.

Segundo Souza (1988) afirma que nos países subdesenvolvidos poucos lugares reúnem condições necessárias para acumular os sucessivos fatores de modernização que, sobretudo nos últimos 30 anos a 40 anos, vêm marcando a evolução da economia, da sociedade e do espaço. Nos países desenvolvidos há condições para uma maior difusão do espaço dessas variáveis modernizadoras.

São várias as diferenças fundamentais no processo de urbanização dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Nos países desenvolvidos, a urbanização é mais antiga desde a primeira Revolução Industrial que apresentou uma urbanização mais lenta e um período de tempo mais longo, o que possibilitou ao espaço urbano a se estruturar melhor; Formação de uma rede urbana mais densa e interligada. Nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento de urbanização mais recente, se deu após a Segunda Guerra Mundial; mostrou-se uma urbanização acelerada e direcionada em muitos momentos para um número reduzido de cidades, o que gerou em alguns países a chamada “macrocefalia urbana”; a existência de uma rede urbana bastante rarefeita e incompleta na maioria dos países.

A urbanização no Brasil está ligada basicamente às péssimas qualidades de vida existentes na zona rural, em função da estrutura fundiária bastante concentrada, dos baixos salários, da falta de apoio dos pequenos agricultores, do arcaísmo, das técnicas de cultivo, etc. Assim há uma grande transferência de população para as cidades, notadamente, para as grandes metrópoles, criando uma série de problemas urbanos.

A incapacidade da obtenção de emprego para a população migrante nas grandes cidades força o deslocamento destas pessoas para áreas periféricas da cidade. A cidade de Bayeux, neste sentido, pode-se dizer que foi uma cidade desenvolvida atrelada aos problemas urbanos das cidades circunvizinhas como João Pessoa e Santa Rita, o que chamamos de Conurbação.

O processo de ocupação inicial da ocupação da cidade se deu, sobretudo em áreas de manguezais e conseqüentemente foi se desenvolvendo de forma linear de acordo com o crescimento dos setores de serviços e principalmente com a criação de fábricas e indústrias.

A área de manguezal que é um ecossistema de grande importância por ser berço de reprodução de várias espécies de animais e por ser fonte principal de renda dos pescadores que vivem nesta área vem sofrendo com a intervenção da atividade antrópica ameaçando todo o seu ecossistema. Mesmo sendo área inapropriada para habitar, o mangue representa um abrigo das comunidades por apresentar um solo barato e por estar situada próxima às cidades onde oferece melhores condições de saúde e de emprego.

O Bairro do Baralho situada na cidade de Bayeux e nosso foco principal de estudo, localiza-se no manguezal e é composta por moradores ligadas a atividade da pesca e por pessoas migrantes de outras regiões. O bairro carece de infra-estrutura, saneamento básico e outros problemas urbanos ao sul e ao norte do bairro uma vasta área de manguezal permanece intocado e rico em abundância natural.

O objetivo geral deste trabalho é fazer uma análise situacional do Bairro do Baralho, sendo assim segue os seguintes objetivos específicos a) resgatar historicamente o processo ocupacional do bairro; b) Destacar o uso e ocupação do solo e suas atividades econômicas; c) Identificar os problemas urbanos.

A pesquisa está fundamentalmente atribuída na problemática urbana, fato este que permanece em todas as cidades do Brasil, efeito de uma distribuição socioeconômica mal planejada, decorrente de uma grande concentração fundiária que permeou desde as épocas coloniais e que se agravou ainda mais no século XX, dificultando a busca por “terras” para moradias e fazendo com que estas terras sejam “presas” por aqueles que detêm maiores poderes aquisitivos financeiros, excluindo assim a população de rendas inferiores. Sendo assim cria-se a marginalização e a exclusão destas pessoas para áreas periféricas, muitos vão além, e se deslocam para áreas impróprias para habitação como é o caso do manguezal, onde o solo é mais barato para morar e por ser um ambiente propício para atividades como à pesca, porém o risco desses moradores ribeirinho de contrair doenças é alto.

Para a realização desta pesquisa inicialmente foi feito um levantamento de dados com base em livros, dissertações, artigos, reunindo um misto de informações para entender a dinâmica do problema, bem como outros métodos, como, trabalho de campo para o reconhecimento da área e diagnosticar os possíveis problemas. Foram realizadas também conversas informais com os moradores e registros fotográficos contribuindo para o acervo de complementos de informações da pesquisa.

O presente estudo foi dividido em três capítulos:

- **Capítulo I: Contexto Histórico para o surgimento do Bairro do Baralho em Bayeux/Pb** – Neste capítulo, inicialmente traz uma pequena abordagem sobre o processo ocupacional das cidades de João Pessoa e Bayeux, onde assim, entende-se como se deu a ocupação do Bairro do Baralho e suas atividades econômicas.
- **Capítulo II: Aspectos gerais do Município de Bayeux e do Bairro do Baralho** – Apresentam a localização, e as características naturais e morfológicas, bem como dados, como a taxa de população da cidade de Bayeux e do Bairro do Baralho.
- **Capítulo III: Atividades Econômicas e a situação social do Bairro do Baralho** – Este capítulo mostrará atividades econômicas como à pesca artesanal, onde esta atividade está presente no dia a dia dos moradores ribeirinhos, assim como, identificar os problemas urbanos, visto que é um bairro que sofre com o mal da pobreza.

CAPÍTULO 01: CONTEXTO HISTÓRICO PARA O SURGIMENTO DO BAIRRO DO BARALHO EM BAYEUX/PB

1.1 Resgate Histórico da cidade de João Pessoa e Bayeux – PB

1.1.1 Cidade de João Pessoa

Faz-se necessário realizar o resgate histórico do processo de formação e ocupação da cidade de João Pessoa e entender as formas de produção e organização do espaço rural e urbano que modificou todo o sistema da zona litorânea desde o período colonial até os dias atuais.

Inicialmente, buscou-se descrever sobre a ocupação inicial do território paraibano, em destaque a Zona da Mata Paraibana, dando ênfase em questões agrárias, como a concentração de terras, a expansão das Usinas canavieiras, o trabalho assalariado e o Proalcool, formando, um misto de informações que servirá de base para entender o processo de ocupação do Município de Bayeux.

A conquista do atual território paraibano ocorreu logo no início da colonização. O fato da capitania de Pernambuco necessitar de mais espaço para o avanço da monocultura canavieira, fez com que a atual cidade de João Pessoa fortalecesse a sua ocupação originando a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves a 18 quilômetros da foz do Rio Paraíba. Com isso teve início a apropriação do espaço pelo colonizador que se deparou em vários momentos com a resistência da população nativa. Os Tupis, Cariris e Tarairiús foram às nações que viviam nessa área (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Com a presença dos europeus, os índios se sentiam ameaçadas com a apropriação de suas terras pelos colonizadores. A reação dos indígenas à subordinação da sua terra e do seu povo ao processo colonizador constitui a primeira forma de luta pela terra que teve lugar na Paraíba. A construção do espaço paraibano foi marcado por intensas lutas durante o período colonial, o que resta desta população nativa são alguns poucos remanescentes de Potiguaras, habitando a reserva indígena de Baía da Traição.

No final do Século XIX e início do Século XX, as fábricas de têxteis ocuparam uma importante posição no início da industrialização brasileira. Os Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo foram as que tiveram maiores impactos. Juntos, essas fábricas tiveram forte presença cotidiana de habitantes e de municípios próximos.

A companhia de Tecidos Paulista (atual casas pernambucanas) foi fundada pelo comerciante e industrial sueco naturalizado brasileiro Herman Theodor Lundgren. Por volta de 1917 seu filho Frederico João Lundgren, junto com os irmãos, comprou do fazendeiro Alberto de Albuquerque, por dois mil contos de réis, 601 quilômetros quadrados de terras cobertas de Mata Atlântica, habitadas por tribos potiguaras, por pequenos fazendeiros e posseiros, onde se situa o atual município de Rio Tinto (LIMA, 2013).

“Esta fábrica era incorporada ao território de Mamanguape, e permitiu a criação de empregos, chegando a ter mais de 20 mil trabalhadores, contribuindo para o crescimento da cidade, e do Estado” (LIMA, 2013). Vários terrenos foram comprados para dar moradia aos operários, as oportunidades de emprego trouxeram comerciantes de várias regiões da Paraíba e de Estados vizinhos, inclusive recebiam assistência médica.

Diante deste processo, observamos que a família dos Ludgren teve grande influência na política, como na concentração de terras do Estado da Paraíba, onde praticamente foram eles que construíram a cidade de Rio Tinto e emanciparam Mamanguape.

Ao longo do tempo o que se observou foram terras sendo ocupadas e usurpadas por grandes empresas, por grileiros ligados às destilarias de álcool que se instalaram na área após o Proalcool, ou ainda empresas ligadas à especulação imobiliária.

A conquista do território paraibano foi, neste sentido, motivada principalmente pelo sistema de exploração colonial voltada para atender aos interesses da metrópole colonizadora, no caso Portugal. A ocupação, portanto deu-se, no sentido Leste-Oeste, do Litoral em direção ao Sertão, onde no Litoral se baseava sua produção na cana de açúcar.

Com isso se iniciou o processo de ocupação do litoral paraibano, que teve como base inicial a produção da cana de açúcar destinada ao mercado externo, na divisão de terras em grandes unidades produtivas conhecidas por Engenho e no trabalho escravo. A forma como se organizou o Espaço foi travada por modificações significativas, dependendo de condicionantes externos, ou de mudanças nas relações técnicas e sócias de produção. Distinguimos três grandes períodos durante essas mudanças; o domínio dos Engenhos, dos Engenhos Centrais e da dominação da Usina de Açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A implantação e a expansão das Usinas no final do Século XIX foram importantes para modificações na organização do espaço litorâneo da Paraíba. De um lado representado pelo progresso técnico para o setor açucareiro, e de outro contribuiu para intensificação da concentração da propriedade da terra e da produção, substituindo assim centenas de Engenhos.

A Usina era, assim, um autêntico D. João de terras, estando sempre disposta a estender seus trilhos, como verdadeiros tentáculos, pelas áreas onde pudesse obter cada vez mais canas. Esta fome de terras iria dar origem ao agravamento do latifúndio que desde a colonização aflige o Nordeste (ANDRADE, 1986, p.94)

Com a expansão das Usinas no Século XX, começa também a disputa pelas terras dos pequenos proprietários. Durante esse processo vários moradores foram expulsos e tinham como único meio de viver trabalhando nas Usinas, convertendo assim em trabalhadores assalariados, que, também permitiu uma grande mudança na formação do espaço litorâneo.

De acordo com Moreira e Targino (1997), no ano de 1975, foi criado o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL)¹ visou a recuperação do setor açucareiro que vinha enfrentando uma crise com a queda do preço do açúcar no mercado internacional e estimular o setor automobilístico, que passava com a redução da demanda e da queda de lucratividade. Estes incentivos do Governo Federal permitiram a expansão da cana em outras regiões como Agreste e Borborema.

Neste contexto, vale salientar que os impactos causados pelas Usinas de Açúcar e da criação do Proalcool não atingiram diretamente a origem do município de Bayeux, mas, atingem no sentido de que esses elementos modificadores da paisagem deixaram rastros importantes tanto na formação do território paraibano, como também, na origem cidade de Bayeux, em decorrência da expulsão de trabalhadores rurais em direção as zonas de melhores condições de trabalho, onde a população se concentrará na maior parte na Zona da Mata Paraibana.

Outrossim, optou-se por focar o nosso estudo direcionada a questão urbana, enfatizando o crescimento e o desenvolvimento da capital de João Pessoa e do município de Santa Rita, que foram peças-chave para entender o surgimento da cidade de Bayeux.

¹ O Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) criado em 1975, através do Decreto Lei nº. 76.593/75, foi um incentivo financeiro proposto pelo Governo Federal que enfrentava crise energética decorrente da alta de preços internacionais do Petróleo (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A substituição dos Engenhos pelas Usinas de Açúcar no final do Século XIX foi um fato importante para o crescimento econômico da cidade de João Pessoa. No entanto, as mudanças na estrutura urbana das capitais das províncias nordestinas estavam sujeitas ao capital gerado pelas suas exportações. O principal produto de exportação, o açúcar que entrava em ritmo lento de demanda, mas também havia a procura por produtos tropicais, a exemplo do algodão (MOREIRA; TARGINO,1997).

A cidade da Parahyba (atual João Pessoa) como era chamada, dividia-se em Cidade Alta² e Cidade Baixa³ e os dois bairros que estavam em processo de expansão ao Norte, o Tambiá e ao Sul, a Trincheira, ocupados principalmente pela elite açucareira. O Tambiá configurava num misto de residências de comerciantes e profissionais bem sucedidos que começavam a se destacar na cidade (MAIA e SÁ, 2012).

A Cidade Alta, pelas suas condições topográficas e litológicas, favorecia a construção de edificações quando comparada com o solo pantanoso e insalubre de uma grande parte da Cidade Baixa.

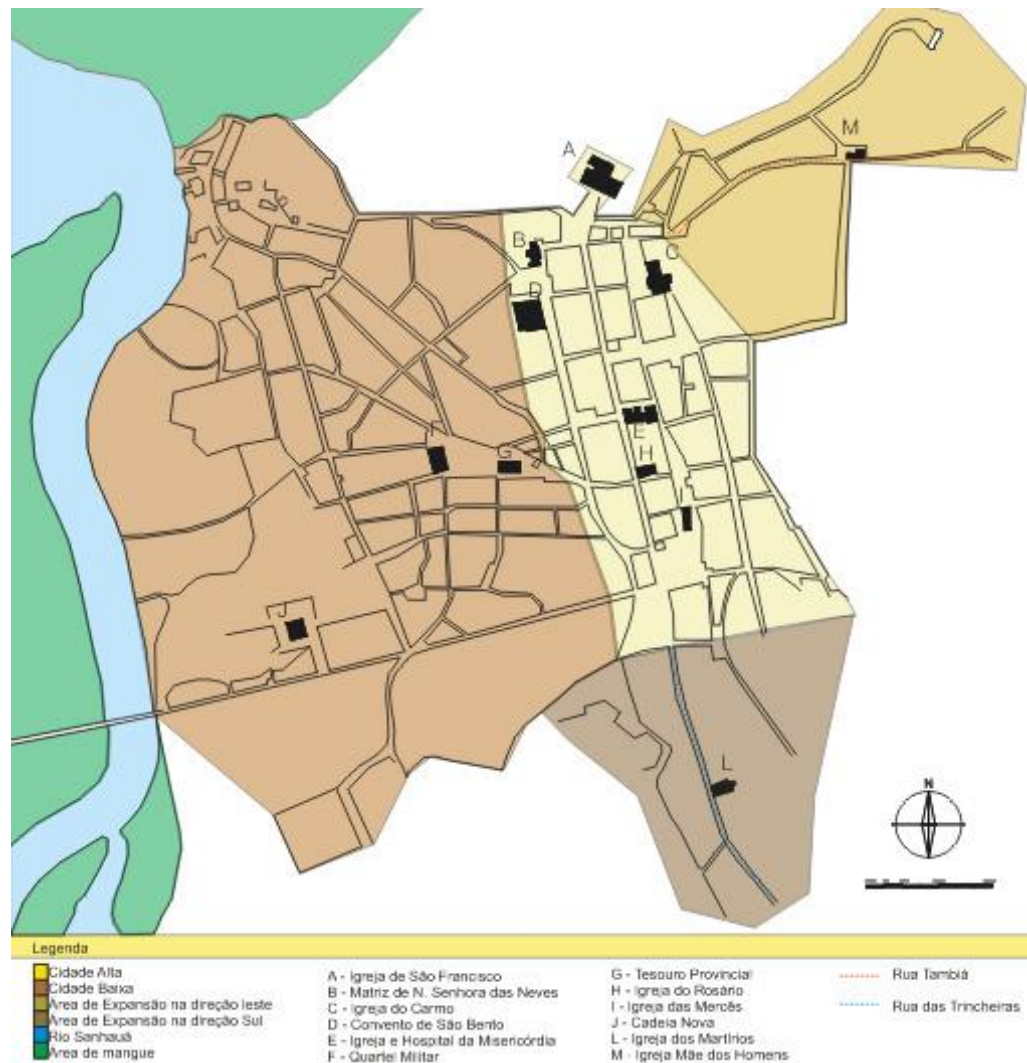
O crescimento da estrutura urbana dava-se em duas direções, relativamente opostas: nordeste e sudeste. “Entre essas duas, havia o sítio Lagoa, grande área alagadiça já conhecida como Lagoa, que representava um problema no que diz respeito ao controle das infecções, como também ao crescimento da cidade” (MAIA, 2008).

A figura 01 mostra como era a divisão dos bairros:

² A Cidade Alta era constituída pelos prédios administrativos e instituições religiosas, sendo assim, era uma área ligada ao poder organizacional da cidade.

³ A Cidade Baixa (Varadouro) situava-se às margens do Rio Sanhauá, representada por estabelecimentos comerciais e áreas residenciais, além do porto.

Figura 01 - Cidade da Parahyba em 1885



Fonte: Maia e Sá, 2012.

O início do século XX foi marcado por grandes transformações, tanto no capital como a circulação de dinheiro oriunda pelo aumento da produção do algodão, com esse processo a elite rural passa a residir na cidade, acarretando num crescimento populacional. Esta mesma elite passa fazer melhorias estruturais na cidade com serviços de transporte e de infra-estrutura urbana como a instalação da iluminação, abastecimento d'água, ou ainda, o início da promoção imobiliária.

Além disso, a modernidade e a circulação do capital criam setores que agregam a visibilidade da população, contribuindo para o crescimento da cidade, com criação de novos estabelecimentos comerciais e a expansão populacional vindo de zonas rurais e de outras cidades.

Essa concepção de modernidade foi, neste prisma, um elemento importante para transformações urbanas na cidade e na vida social da população, como cita Maia (2006):

Tal movimento, nasce na Europa e vai estabelecendo-se no mundo e tem como *locus* principal a cidade. É nesta configuração espacial que inicialmente vão se dar as instalações dos equipamentos modernos: a indústria, a ferrovia, o maquinário, a iluminação pública, o telégrafo, os edifícios modernos, as largas avenidas, etc. (MAIA,2006).

Neste contexto, pode-se afirmar que o movimento de modernidade foi um importante acontecimento da história, que outrora, a população viviam em condições extremamente precárias. Com a modernidade inicialmente sendo implantada na Europa, as melhorias surgiram efeito, sendo assim, espalhando para todas regiões do mundo, principalmente as principais cidades.

Os espaço citadinos eram obrigados a serem adepto a um novo modelo de sociedade urbana aos padrões europeus de viver, que transformou não só a arquitetura brasileira, mas também ao uso dos espaços públicos.

Alguns intelectuais eram contra a ideia do sistema de modernidade implantada na época, pois, o modelo de como era organizado destruía muito das edificações monumentais históricas, afinal não havia preocupação com o “velho”. Já os ideias republicanos eram a favor dessa implantação.

A transferência dos proprietários rurais para a capital, sua incorporação às elites e o desejo de quererem se afastar do mundo rural, visto como antigo e atrasado, passaram a justificar a implementação dos serviços de infra-estrutura, ou seja, a modernização da cidade [...] a preeminência do algodão na economia do Estado possibilitou a utilização do capital algodoeiro na ampliação e substituição dos serviços urbanos. (CHAGAS, 2004, p 39-40)

De fato, a economia do algodão foi uma importante fonte de exportação para o mercado exterior, que permitiu várias transformações na cidade de João Pessoa, principalmente na entrada de novos equipamentos urbanos e obras de infraestrutura que foram essenciais para concentração de atividades comerciais e prestação de serviços.

Os fatos apontados anteriormente permitiu o desenvolvimento do seu centro urbano, fortalecendo a migração rural-urbana e conseqüentemente o crescimento populacional, visto que a sua localização ideal para expansão das atividades citadas, se deu no Centro da cidade de João Pessoa.

De acordo com Souza (1988), com o avanço do capitalismo assiste-se uma pressão de necessidades face a um crescimento demográfico acelerado, acompanhado de uma

grande concentração de cidades, problemas estes, decorrentes de falsos problemas representados pela elaboração de planos e políticas de organização do espaço.

“A urbanização é uma das formas mais brutais de organização do espaço e da sociedade, pois ela implica não somente no espaço físico, mais como também, na questão social” (SOUZA, 1988).

A seguir, mostrará um pouco desse processo de urbanização da cidade de Bayeux decorrente principalmente pelos males, como a pobreza e de processos migratórios que perpetuaram desde o crescimento da cidade de João Pessoa.

1.1.2 A cidade de Bayeux

Desde as primeiras etapas de todo o processo citado no tópico anterior, à cidade de João Pessoa constituiu um polo de acumulação de bens e serviços. Em meio de tudo isso, áreas periféricas em seu torno servem de produtoras de bens primários, sobretudo agrícolas. Essa tendência de trocas inter-regionais é sempre desfavorável para as periferias, que ficam “reféns” das grandes cidades, onde conseguem ter um desenvolvimento lento e pouco favorável.

A cidade de Bayeux é um exemplo deste processo, onde sua estrutura econômica depende de atividades ligadas ao comércio e aos setores informais. A história da cidade é atrelada ao da cidade de João Pessoa, caracterizada pelo “inchaço” da cidade circunvizinha, disseminando boa parte da população de João Pessoa para Bayeux. Este tópico vai enforçar um pouco da história da cidade de Bayeux que anteriormente fazia parte da cidade de Santa Rita. Com estes dados qualitativos vamos seguir com o nosso trabalho até chegarmos ao ponto central de estudo, o Bairro do Baralho.

Durante o período colonial, Bayeux era chamada de Boa Vista, que segundo Oliveira *apud* Júnior (2006):

Era possível ter uma visão ampla do estuário do Rio Paraíba, ao sul do município, no seu tabuleiro. Ainda de acordo com os autores com a instalação do Engenho Barreiros em 1634, Boa Vista passou a ser denominada de Barreiras, onde essa denominação passou até o século XX, quando então o povoado pertencente ao município de Santa Rita, recebeu o nome de Bayeux em 02 de Junho de 1944, em homenagem recebida durante a Segunda Guerra Mundial e esse nome foi dado pelo jornalista Assis Chateaubrian. (OLIVEIRA *apud* JÚNIOR, 2006).

Esta homenagem recebida, segundo Júnior (2006), foi em referência à cidade francesa localizada na região da Baixa Normandia, que foi invadida por Hitler durante a Segunda Guerra Mundial, e libertada pelas forças Aliadas em 07 de junho de 1944.

De acordo com Andrade *apud* Rodrigues (2010, p.16) o povoamento começou na parte baixa da cidade, isto, por ser trajeto dos criadores de animais (caprino, bovino, ovino, etc.) onde se iniciou o processo das construções dos casebres, influenciados pelo fluxo de pessoas.

O povoado só recebeu o nome de distrito por Decreto da Lei Municipal nº 48, de dezembro de 1948, e emancipado em 20 de Julho de 1959, de acordo com a Lei 2.148 assinada pelo Governador em exercício, Pedro Gondim.

Segundo Mello *apud* Júnior (2006, p.22) a área do município de Bayeux veio se constituir como passagem para o interior da capital, quando foi aberto um caminho em meio à vegetação de mangue e em vegetações artificiais (culturas de herbáceas ou arbóreas, substituindo a vegetação original).

Este caminho aberto é o ponto inicial do município de Bayeux que liga à cidade de João Pessoa e posteriormente a cidade de Santa Rita, situada na Avenida Liberdade, foi neste trecho que ocorreu às primeiras habitações.

A comunidade ribeirinha foi formada, sobretudo por pessoas vindas principalmente do interior do Estado em busca de melhor qualidade de vida e que ao chegarem à cidade só tinha como opção as áreas de manguezais. Essas áreas além de um solo barato, onde muitas vezes nem se comprava, existiam matéria prima em abundância para construção das residências (ANDRADE *apud* RODRIGUES, 2010 p. 28).

A cidade com o passar do tempo apresentou um grande aceleração populacional e econômico, e foi se expandindo horizontalmente de acordo com o desenvolvimento do trecho da Avenida Liberdade. Além de esta Avenida ser um marco histórico da cidade de Bayeux, é nela que se expandiram vários estabelecimentos comerciais, hospitais, assim como, se concentra os Órgãos, referente às políticas da cidade, (Secretarias, Prefeitura).

1.2 Constituição do Bairro do Baralho

A história aqui descrita sobre o surgimento do bairro baseou-se em pesquisas de aula de campo, fontes de dissertações e de livro de autores como Ariosvaldo de Oliveira, pois, são poucas referências a respeito da história do bairro. O objetivo deste registro é para ampliar o acervo de informações, sendo assim importante para futuras consultas a respeito da cidade e do bairro.

De um lado da ponte, estava a Capital do Estado, e do outro lado existia uma estreita rua, estrada de barro mal cuidada, cercada por manguezais e rios, que ligava a capital ao interior, tendo como primeiro município Santa Rita. A ponte era passagem obrigatória para chegar-se a essa estreita rua, por onde passavam colonizadores, colonos e transeuntes, que viajavam com destino aos municípios interioranos.

Com o passar do tempo, a estreita rua começou a ser habitadas, pessoas de diversas localidades passaram a ocupar aquele espaço e pequenos casebres surgiram às margens da rua. Eram casas de taipa, coberta com palhas de coqueiro, onde predominava pescadores, devido à abundância do pescado existente nos rios da região, e aquela pequena rua depois da ponte foi denominada *Baralho* (OLIVEIRA, 1999).

Como descrito anteriormente, a ocupação de Bayeux se deu inicialmente a partir de um pequeno povoado de pescadores, contudo essa população foi aumentando e esta localidade passou a ser denominado de Boa Vista.

De acordo com OLIVEIRA (1999) esse nome durou pouco. No início da rua, logo depois da ponte, havia uma barreira feita pelas águas do mangue que os moradores já chamavam de rio Barreiras, e com o passar do tempo o pequeno lugarejo passou a ser chamado povoado de Barreiras, depois Vila Barreiras. No entanto, Coriolano de Medeiros diz que o nome de Barreiras foi originário do Engenho Barreiros, existente na localidade e, no ano de 1634 era de propriedade de Domingos Carneiro. O nome Bayeux só veio em 1948 com o Decreto-lei nº 454 como distrito e sua emancipação ocorreu em 20 de Julho de 1959.

Neste processo todo, Baralho foi o primeiro bairro a ser construído, já que seu início se deu após a construção da ponte Sanhauá, e que sua origem esteve ligada ao povoado de pescadores vivido logo após a ponte. Outras fontes relata que esta ponte (ainda de madeira) foi construída por volta de 1697, quando Teodósio de Oliveira Ledo, teria usado o percurso que hoje é atual Avenida Liberdade, com o objetivo de explorar lugares das áreas do interior do Estado da Paraíba, como Campina Grande. A figura 02 mostra a trilha que teria sido usada por Teodósio, mapa produzido por Wilson Seixas em 1970.

Figura 02 – Trilha utilizada para o desbravamento de lugares por Teodósio



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHPG), 1978, modificado por JÚNIOR, em 2006.

A área circunscrita em vermelho representa o povoado de Boa Vista, que serviu como marco das primeiras ocupações do interior do Estado.

Segundo JÚNIOR (2006), em uma pesquisa feita no Arquivo Histórico da Paraíba foi encontrado um documento na caixa 09, datado em 23 de Novembro de 1829, assinado pelo Sr. Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, o qual solicita a construção da nova ponte.

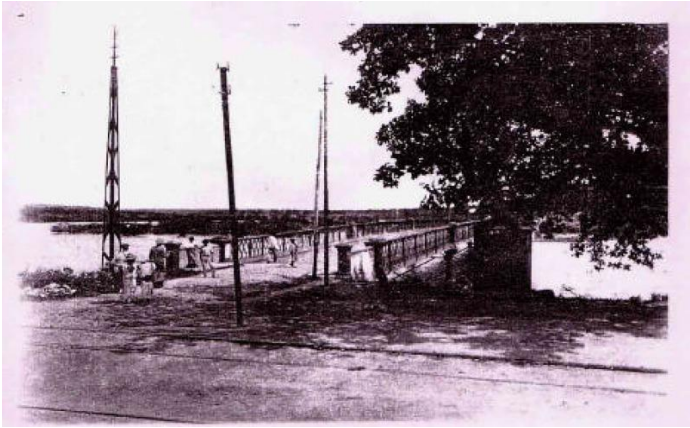
De acordo ainda com JÚNIOR (2006) durante a visita de Dom Pedro II à Paraíba, o imperador teria deslocado para a cidade de Pilar utilizando a ponte Índio Piragibe, atual Sanhauá e se preocupou com a situação da ponte na época, que já se encontrava precária.

Ademais, observando o estado precário em que se encontrava a ponte do Sanhauá e percebendo sua grande importância, uma vez que por ela tinha vasão todo o tráfego em demanda do interior da Paraíba, D. Pedro II ordenou ao presidente da província que se mandasse com urgência fazer um plano e proceder orçamento, que lhe deveriam ser remetido a corte (ALMEIDA *apud* JÚNIOR, 2006).

Ao passar por várias reformas conforme a imagem abaixo que mostra a ponte reconstruída no ano de 1920. Nos dias atuais a ponte só funciona para pedestre e veículos de

pequeno porte como bicicletas e motos. A linha férrea ainda existe como mostra na primeira imagem, apesar de já ser trocada por outros trilhos (Fig. 03 e 04).

Figura 03 – Ponte Sanhauá reconstruída em 1920



Fonte: JÚNIOR, 2006.

Figura 04 – Ponte Sanhauá atualmente



Fonte: Do Autor, 2013 .

As edificações mais antigas mostra que são datadas no final do século XIX, ou seja, não existem registros de moradias anteriores a este período, já que suas edificações anteriores ao século XIX não se submeteram a ações de preservação de monumentos históricos. Outras fontes relatam também que na verdade os primeiros moradores eram colonos pobres, que vinham de outras regiões e construíam casas de taipa, barro e palha, material este que não resistia ao tempo e às condições climáticas.

Segundo Rodrigues (2010) descreve que o Baralho inicialmente era uma mera colônia de pescadores, mas com o processo de urbanização no ano de 1930 em diante a paisagem urbana começa a se modificar.

A área que hoje é conhecida como o Baralho, é resultado desse processo de urbanização. No início era uma mera colônia de pescadores. A partir de 1930 sua paisagem urbana começa a se modificar. Ao longo da estrada de terra batida, inúmeras casas começam a ser construídas. Na medida em que as famílias iam crescendo, novas casas eram construídas nas quintas das já existentes, ocupando ainda mais a área de manguezal, alterando paulatinamente a paisagem urbana da área. (RODRIGUES, 2006)

A figura 05 mostra como era as casas típicas da década de 1930.

Figura 05 - Casas no Baralho na década de 1930



Fonte: Oliveira *apud* Rodrigues (2010)

O Baralho que ainda não era constituído como bairro, se desenvolveu horizontalmente. No sentido que a Avenida Liberdade iria se desenvolvendo, várias casas e estabelecimentos comerciais ocupavam áreas de manguezais.

A sua população que dependia exclusivamente da pesca, vendiam grande parte de seu pescado na capital João Pessoa. De acordo com Rodrigues (2010), o seu Tito morador do bairro, representante da colônia de pescadores e um dos líderes responsáveis do bairro cita que:

Segundo seu Tito, pescador e morador do bairro, existiam um intenso comércio, eram peixes, siris, aratus, tudo com muita abundância, logo no início da noite chegavam as pessoas em busca do pescado, entre eles os baleiros à espera dos 40 barcos aproximadamente que vinham do Rio Sanhauá. Nessa época a população do Baralho era praticamente de pescadores que vendiam o pescado para grande João Pessoa. Entre os pescados se encontravam bagres, tainhas, curimatãs, carapebas e espadas (RODRIGUES, 2010).

Algumas casas pelo bairro possuem arquiteturas do passado. São casas que servem tanto para moradia quanto para o comércio. Estas casas foram datadas entre o final do séc. XIX e início do séc. XX apresentam quintais extensos, sem recuo frontal tendo algumas delas recuo lateral, características do padrão arquitetônico da época (Fig. 06 e 07).

Figura 06 – Casas antigas no Baralho



Fonte: Sales *apud* Rodrigues, 2010.

Figura 07 – Casas antigas no baralho, porém algumas com a faixa da frente modificadas.



Fonte: Do Autor, 2013.

As figuras 08 e 09 mostram a faixa da casa que revela a data da sua construção que ocorreu em 1919. Situa-se na Avenida Liberdade e atualmente funciona uma panificadora, mas a sua estrutura arquitetônica permanece intacta, modificada apenas a pintura da faixa da frente da casa, os portões ainda permanecem de madeira.

Figura 08 – Faixada da frente da casa antiga que hoje funciona uma panificadora.



Fonte: Foto extraída do aplicativo de imagens Google Earth no dia 19 de Fevereiro de 2014, às 20:50 hrs

Figura 09 – Na faixa mostra a data inicial de sua construção localizada na parte superior da casa que foi em 1919.



Fonte: Foto extraída do aplicativo de imagens Google Earth no dia 19 de Fevereiro de 2014, às 21:00 hrs

De acordo com Júnior (2006) em entrevista realizada com o morador Senhor Adão Dias Paredes que ocupa a residência desde 1920, data de sua construção, relata que antes da casa que ele morava existia outra, de taipa, que foi derrubada para a construção de outra que permanece intacta até hoje.

A partir de 1930, a cidade de Bayeux como as demais cidades circunvizinhas passaram por um intenso processo de urbanização, se intensificando ainda mais o processo de transição demográfica nos anos 60, com a instalação da fábrica de sisal, onde demandou uma forte migração de pessoas de várias localidades para trabalharem na fábrica e alterou paulatinamente o espaço urbano dando novas feições espaciais.

A mesma fábrica de sisal foi instalada no bairro do Baralho nos anos 60, acarretando numa perda drástica no meio ambiente, principalmente para a população que viveu sempre da atividade pesqueira. Pode-se dizer que o bairro não possui mais aquela característica cultural da pesca, pelo fato desta região ser drasticamente modificada em razão da poluição do rio, ocasionada não só pela fábrica, mais com a intensificação dos aglomerados subnormais decorrente dos problemas sociais que o país enfrenta.

De acordo com Rodrigues (2010) em entrevista realizada com os moradores do bairro, distinguiu três grupos de moradores que vivem pelo bairro:

Quadro 01 – Grupos de moradores do Bairro do Baralho.

01.	Composto por moradores que vivem basicamente do que o mangue oferece, ou seja, são pessoas ligadas a atividade da pesca, que são minoritários.
02.	Composto por moradores que trabalham fora, de carteira assinada ou que trabalham em serviços temporários, complementando a renda com a pesca nos finais de semana, ou quando lhe cabe disponibilidade.
03.	Composto por moradores que não trabalham e nem são ligados à atividade da pesca.

Fonte: Rodrigues, 2010.

Percebemos que a maioria dos moradores são formados por grupos não ligados à atividade pesqueira, isso nos remete que ao passar do tempo, a cultura de peixes foi sendo modificada em razão do processo de expansão urbana. Além dos rios estarem poluídos, o comércio e o aparecimento de outros setores de serviços também foi à causa desta mudança significativa de cultura.

Apesar de um bairro extremamente rico em manguezal na parte norte, ao sul já não se encontra preservada. Atualmente o que caracteriza a paisagem nesta área do bairro são as ocupações irregulares em áreas ribeirinhas decorrente de uma falta de planejamento urbano. Sobre essas ocupações Rodrigues *apud* Júnior (2006) afirma:

Essas ocupações são também como as favelas, irregulares do ponto de vista jurídico da propriedade da terra”, ou seja, surgem a partir da necessidade de habitação e da impossibilidade de acesso à terra urbana e/ou à moradia, e que aqui se deram principalmente em função do êxodo rural, especialmente com a expulsão do trabalhador da zona canavieira (RODRIGUES *apud* JÚNIOR, 2006).

Portanto, a ocupação do bairro assim como da cidade, se deu, sobretudo, atrelado pela impossibilidade de moradias nas capitais, escoando esta parcela da população para áreas periféricas.

1.3 Atividades Econômicas

A atividade econômica do município de Bayeux sempre esteve profundamente interligada à economia de João Pessoa. Isto decorre também pelo fato das cidades serem vizinhas. Chamada de cidade-dormitório, razão pelo fato da parcela de sua população ativar atividades em João Pessoa.

Esta integração da cidade de Bayeux com a capital oferece vantagens e desvantagens na economia. As vantagens seriam pelo fato de Bayeux ter constituído área opcional para instalação de indústrias. Os obstáculos estariam relacionados com a concorrência exercida pelo comércio e serviços da capital, impedindo o progresso de suas atividades terciárias próprias. A especulação imobiliária da capital atrai moradores de Bayeux que passam a investir em imóveis para melhor conforto, como também para obtenção de lucro futuramente, já que são áreas de maior prestígio.

O objetivo deste tópico não se trata de mostrar a economia da cidade de Bayeux e sim fazer um pequeno resgate histórico de como surgiu às atividades econômicas que contribuiu para o desenvolvimento da cidade de hoje.

Como observamos anteriormente nos séculos anteriores, Barreiras era nada mais que um povoado de pescadores que habitavam as margens do Rio Sanhauá e que sua economia dependia da atividade pesqueira. Com o passar do tempo este povoado começou a receber pessoas de outras regiões, principalmente do interior, sobretudo para trabalharem em usinas de açúcar próximas da região.

A região como vimos era ponto de partida para o interior assim como era caminho para a capital, pois tinha como a ponte Rio Sanhauá e a sua Avenida Liberdade como principal acesso para o deslocamento de pessoas de todas as regiões. É nesta Avenida que vai concentrar os setores terciários da cidade.

No começo do Século XX a população dependia de atividades primárias, como o plantio de frutas, verduras e legumes, tecidos, peixes entre outras. A maior parte dos produtos eram vendidos e comercializados em João Pessoa e Santa Rita.

Em 1925 a fundação da Colônia de Pescadores permitiu que o comércio se organizasse e melhorasse a sua produção que chegava a transportar toneladas de crustáceos para municípios do interior e do Porto de Cabedelo. No ano de 1948 foi criado o Mercado Público, na esquina da Avenida Liberdade com a Rua Flávio Maroja. Nesse período começaram a intensificar embora lentamente a introdução dos serviços terciários como

comércio de bebidas, matérias de construção e hidráulicos, lojas de móveis e eletrodomésticos, padarias, etc. (HISTÓRIA...,2011).

Foi na década de 50 que a economia deu um passo importante com o crescimento das atividades terciárias. Segundo Andrade (1980) concorda que este fenômeno de terceirização acha-se intrinsecamente interligado ao crescimento urbano-populacional que impulsiona a disponibilização de serviços, sobretudo no que tange às áreas sanitárias, bancárias, educacionais, de transportes, entre outras, para fazer face ao aumento do consumo e do bem estar da coletividade.

Neste período começou também a surgir às indústrias de beneficiamento do sisal.

A primeira chegou em 1951, de propriedade de Edgar Seager casado com Darcila Veloso Borges Seager, irmã do proprietário da Fábrica de Tecidos Tibiri. Construiu um galpão num terreno comprado em 1938, onde veio a funcionar a Fidusa – Fibras Duras do Nordeste S/A, no objetivo de fabricar colchões, bancos para automóveis e etc (HISTÓRIA...,2011).

Esta empresa chegou há durar pouco tempo, Edgar Seager, descobriu a abundância da matéria-prima, o sisal, no interior do Estado, principalmente em Nova Floresta, Barra de Santa Rosa, Pirpirituba e Guarabira.

Depois em 1952 chegou à empresa Deswan, cujo, os proprietários eram holandeses. Eles vieram do município de Areia e instalou-se onde hoje se encontra a Cirila.

Teve na época uma grande ascensão, mesmo fazendo apenas o serviço de batimento e prensamento do sisal. Exportou seus produtos para Suécia, Tchecoslováquia, Holanda e etc. Durou 18 anos, fechou suas portas por causa da invasão dos produtos a base de petróleo, principalmente o nylon (HISTÓRIA...,2011).

Outras indústrias surgiram como a Sambra em 1970, onde atualmente funciona a Cambuci S/A e a Cisol – Companhia Industrial do Sisal S/A de propriedade de Clodoaldo Soares de Oliveira, que fica situada no bairro do Baralho e quem administra hoje são os filhos Humberto e Hildon Soares de Oliveira.

Iniciou seu empreendimento com o algodão, depois mudaram para o sisal, com o tempo, já totalmente nas mãos dos filhos, diversificaram o negócio. Comprando usinas, abrindo fábricas de óleo, telas e etc., numa maneira inteligente de driblar a crise do sisal. Goza hoje a empresa de um grande prestígio, tanto na produção que iniciou, como nos demais ramos que abraçaram, contribuindo assim, para o progresso de Bayeux e da Paraíba (HISTÓRIA..., 2011).

Figura 10 – Fábrica de Sisal, Companhia Industrial do Sisal S/A.



Fonte: Do Autor, 2010.

A figura 10 mostra parte da fábrica de sisal ao sul, a parte da frente fica situada na Avenida Liberdade, podemos observar também a precariedade das casas e mais ao fundo mostra o muro que separa a fábrica das casas em situação de risco, que a qualquer momento pode desabar.

No dia 27 de março de 1961, foi inaugurada a Sibrasil – Indústria Sisaleira do Brasil S/A, hoje denominada Brascorda S/A. Logo no dia 16 de maio do mesmo ano, exportou pelo Porto de Cabedelo, para os Estados Unidos, 2500 fardos de fio de agave para a Empresa Frank W. Winne & Son Inc., da Filadélfia. Com esse negócio, a Paraíba, na época, foi líder na produção do Brasil e pioneira na exportação de produtos resultantes na industrialização desse artigo, levando o nome da Bayeux brasileira ao estrangeiro (HISTÓRIA...,2011).

Os anos 70 e 80, porém foi um ano de queda para a produção sisaleira do Estado, pelo fato de sofrer com a concorrência do mercado internacional com o sisal africano e com a fibra sintética.

O declínio da economia sisaleira, a partir dos anos 60, deveu-se à concorrência com o mercado internacional, com o sisal africano e com a fibra sintética. Entre 1970 e 1980, a produção sofreu uma redução com mais de 50%. Esse declínio foi comum a todas as áreas de tradição sisaleira do Estado. (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Segundo Moreira e Targino (1997) entre os anos 80 e 90 a situação da decadência da atividade sisaleira só se acentuou.

Devido ao rigor da seca de 1993, além da produção de sisal ter caído a patamares nunca antes alcançado, as fibras tornaram-se muito curtas, o que determinou uma desvalorização do produto no mercado, criando uma situação insustentável para a atividade. (MOREIRA; TARGINO, 1997)

Ainda acrescenta:

Além das condições climáticas desfavoráveis, apontam-se hoje dois outros fatores que, somados àquele, são responsáveis pelo dismantelamento da produção do sisal da Paraíba: as dificuldades de produção regional face às limitações do mercado internacional e a crescente concentração dessa produção no Estado da Bahia” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 160).

O melhor período da economia de Bayeux foi à consequência da prosperidade da lavoura do sisal na Paraíba. Graças à oferta local de mão-de-obra e à ligação ferroviária com o Porto de Cabedelo, tornou-se a sede do grande parque têxtil paraibano baseado naquela fibra. Com a crise do mercado do Sisal chegou a fechar algumas indústrias, porém a matéria prima agora vem dos campos da Bahia.

A nova fase de crescimento da economia ocorre a partir de 1995, quando Bayeux passa abrigar algumas indústrias atraídas pelo sistema estadual de incentivos e que se localizam ao longo do eixo viário formado pelo contorno urbano da BR-230.

A tabela 01 apresenta as taxas de expansão do produto interno bruto de Bayeux, de 1970 a 2000, em confronto com a Paraíba e a Região Metropolitana de João Pessoa. Nela ficam evidentes os efeitos da expansão e queda do sisal e da fase mais recente de atração de novas indústrias.

Tabela 01 - Evolução comparada do PIB*Taxas médias de crescimento (%)*

Períodos	Paraíba	RM João Pessoa	Bayeux
1970-80	5,6	10,6	18,1
1980-85	8,5	3,0	0,1
1985-90	3,1	12,1	(-) 5,7
1980-90	5,6	7,5	(-) 1,7
1990-95	2,1	0,4	9,9
1990-00	3,3	5,5	4,0

Fonte: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol - OSCIP, 2007.

A economia de Beyeux está fundamentada, portanto, das atividades de comércio, de serviços e indústria de transformação. Segundo o Projeto Agenda 21, da Secretaria do Planejamento do Município, em 2000 a indústria contribuía com 43,7% para a formação do produto, enquanto o setor terciário (comércio e serviços) participava com 55,6%. A agropecuária contribuía com apenas 0,7%.

A tabela 02 mostra uma visão geral da atividade empresarial do município, segundo o cadastro empresarial do IBGE.

Tabela 02 – Estrutura Empresarial-2001

Classes de empresa	Quantidade
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração floresta	7
Industria de transformação	81
Construção	30
Comércio, reparos de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	628
Alojamento e alimentação	29
Intermediação financeira	4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas	56
Administração pública, defesa e securidade social	2
Educação	32
Saúde e serviços sociais	6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	39
Total	914

Fonte: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol - OSCIP, 2007.

CAPÍTULO 02: ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX E DO BAIRRO DO BARALHO – PB

2.1 Localização

O município de Bayeux localiza-se na planície flúvio-marinha do complexo do estuário Rio Sanhauá, localizado na microrregião da Mata Paraibana, mais precisamente na microrregião de João Pessoa. Sua geomorfologia apresenta dois compartimentos: o primeiro ao Norte identificado como a parte baixa do município, onde se localiza a planície flúvio-marinha, e o segundo onde fica a parte Sul, onde se encontra o baixo planalto costeiro (MARTINS *apud* RODRIGUES, 2010).

O município de Bayeux, como também outras cidades localizadas e surgidas às margens de caminhos, não possui um centro histórico típico, com a praça e a igreja no centro de convergência, como a maioria das cidades tradicionais brasileiras, mas desenvolveu sua estrutura inicial de forma linear, junto a atual Avenida Liberdade (antigo caminho para o interior), e posteriormente, foi expandindo-se em outras direções. (OSCIP, 2007).

A cidade apresentou um rápido crescimento, principalmente por ter uma estreita ligação com João Pessoa. Conhecida também como “cidade dormitório”, em função da proximidade do centro da capital, com custos de moradia mais baixos. Além disto, a disponibilidade de algumas fontes naturais de subsistência, como os manguezais e os rios com possibilidade de pesca, também facilitaram esta ocupação (OSCIP, 2007).

Em função de uma verdadeira conurbação com a cidade de João Pessoa, alguns bairros de Bayeux têm uma relação ainda mais forte com o centro de João Pessoa do que muitos bairros da própria capital, seja pela sua proximidade, seja pela relação que a população tem através do trabalho e da utilização de serviços públicos.

O bairro do Baralho é um exemplo desta relação próxima com o centro de João Pessoa. Situada na porção leste do Município de Bayeux e tem a Avenida Liberdade como seu eixo orientador. Sua limitação estende ao norte pelo Manguezal, ao sul pelo Rio Sanhauá, ao leste com o bairro Varadouro da cidade de João Pessoa e ao Oeste com o bairro São Bento.

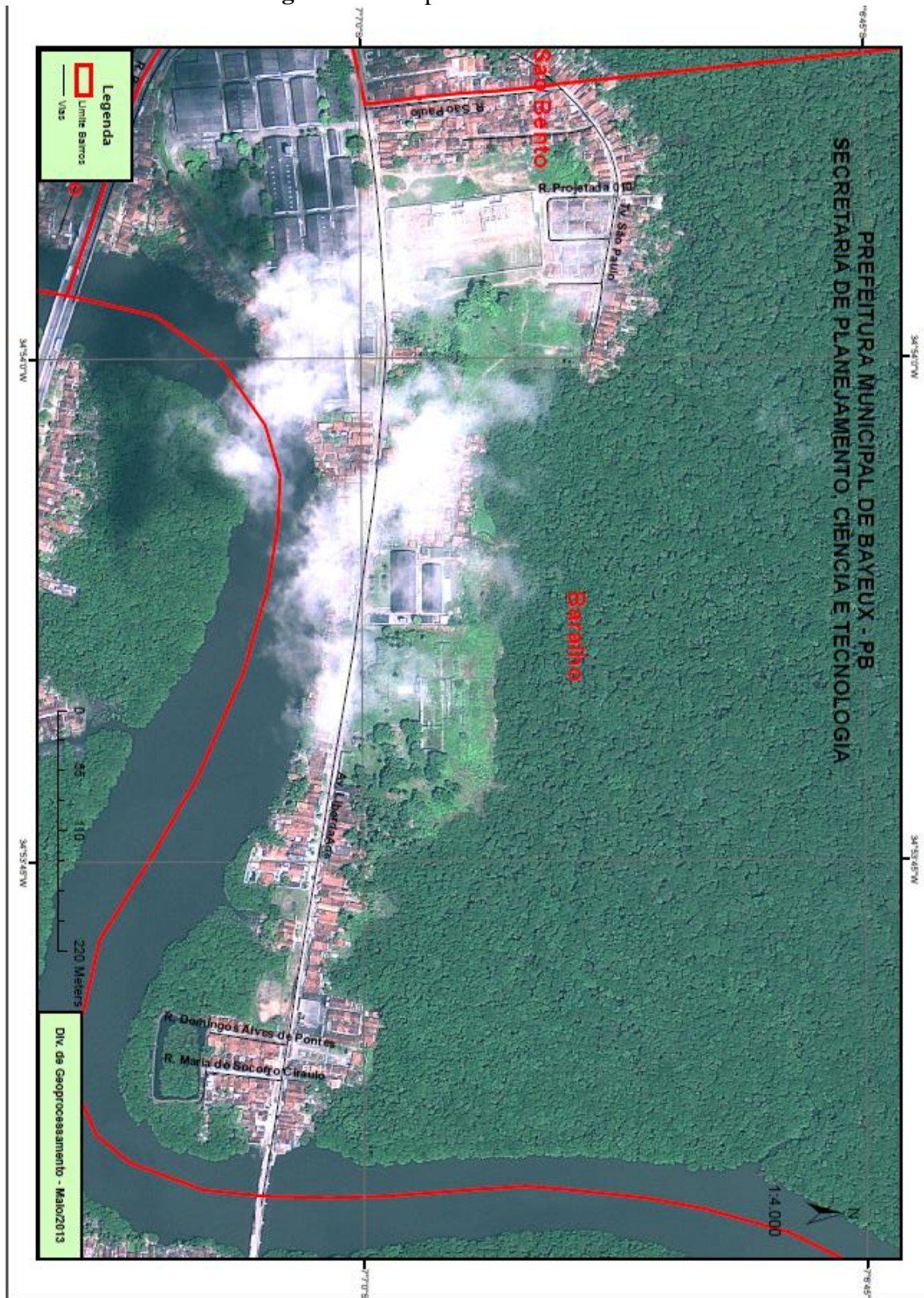
As figuras 11 e 12 mostra o mapa do Município de Bayeux e do Bairro do Baralho, mostrando as suas delimitações.

Figura 11 - Mapa do Município de Bayeux



Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Bayeux, 2013.

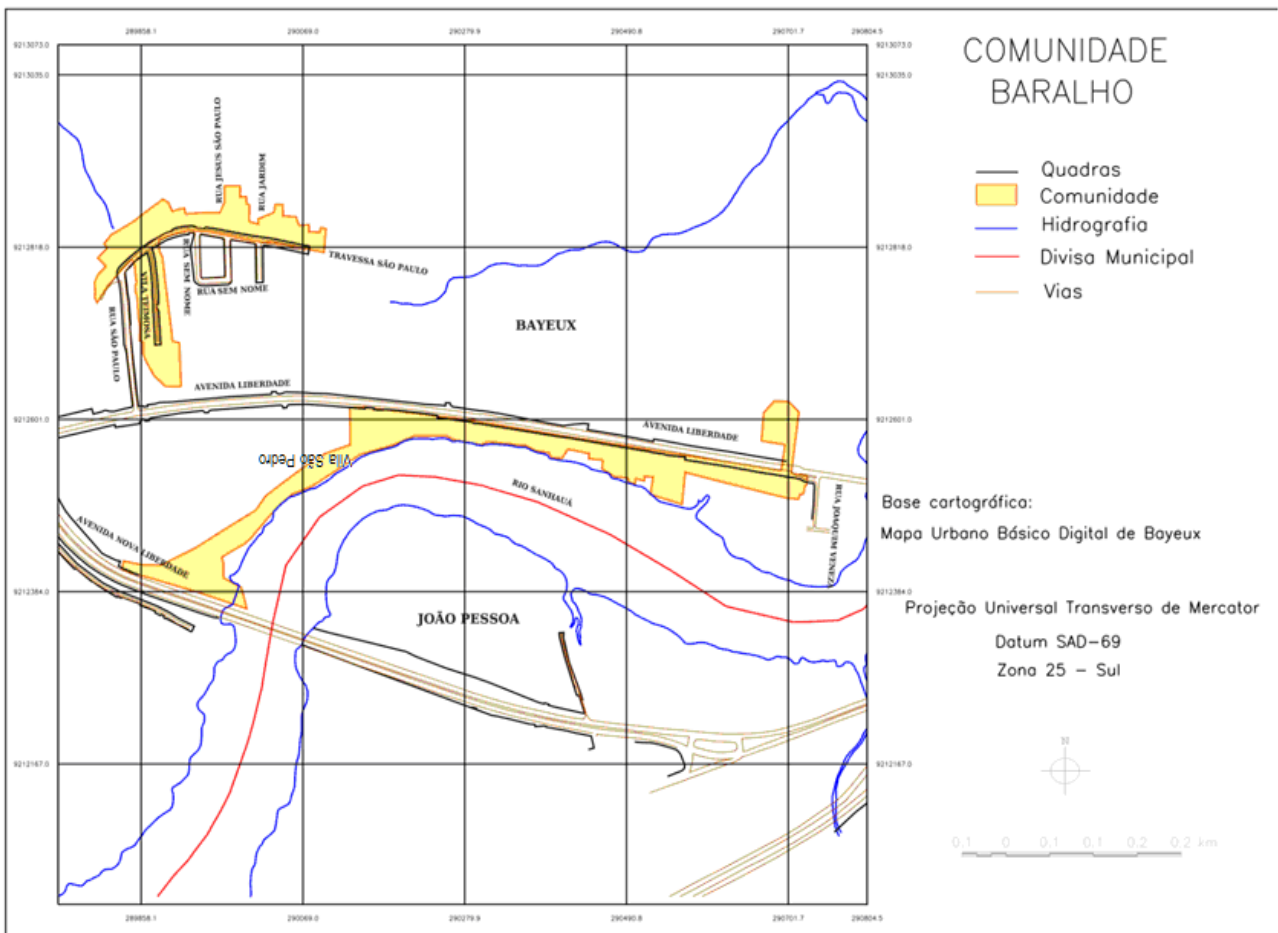
Figura 12 – Mapa do Bairro do Baralho



Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Bayeux, 2013.

As vilas⁴ que formam esta comunidade estão: a Vila São José, a Vila São Paulo, a Vila Teimosa e a Vila São Pedro, esta última de maior risco e mais fortemente caracterizada como subnormal, localizada entre o Rio Sanhauá e o muro da Indústria Sisal, em uma situação de grave risco ambiental e ocupacional (OSCIP, 2007).

Figura 13 – Planta Esquemática do Bairro do Baralho



Fonte: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol - OSCIP, 2007.

⁴ A vila segundo Cavalcante (2006) são conjuntos de casas geminadas, construídas no interior de um pequeno lote de terreno, voltadas para uma única via de acesso – o beco. As vilas que compõem o Baralho tem essa relação já que foi ocasionada pelo rápido processo de urbanização dos centros urbanos.

2.2 Características da Área de Estudo

2.2.1 População

➤ Bayeux

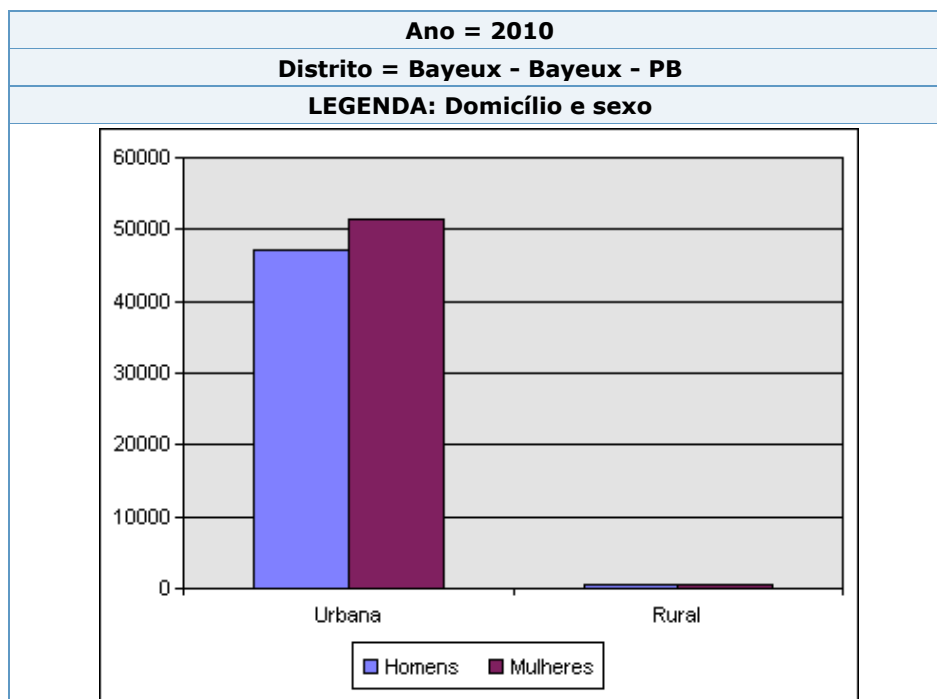
Segundo dados do censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do ano 2010 a população é de 99.716 habitantes. A sua área territorial corresponde a 32km² e sua densidade demográfica 3.118,76 hab/km². A população que reside na cidade, à maioria são mulheres e a maior parte vivem em área urbana, como podemos ver a tabela e o gráfico abaixo:

Tabela 03 – População residente por situação do domicílio e sexo.

Distrito = Bayeux - Bayeux - PB		
Ano = 2010		
Situação do domicílio	Sexo	
Urbana	Homens	47.272
	Mulheres	51.521
Rural	Homens	464
	Mulheres	459

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

Gráfico 01 – População residente, por situação do domicílio e sexo.



Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

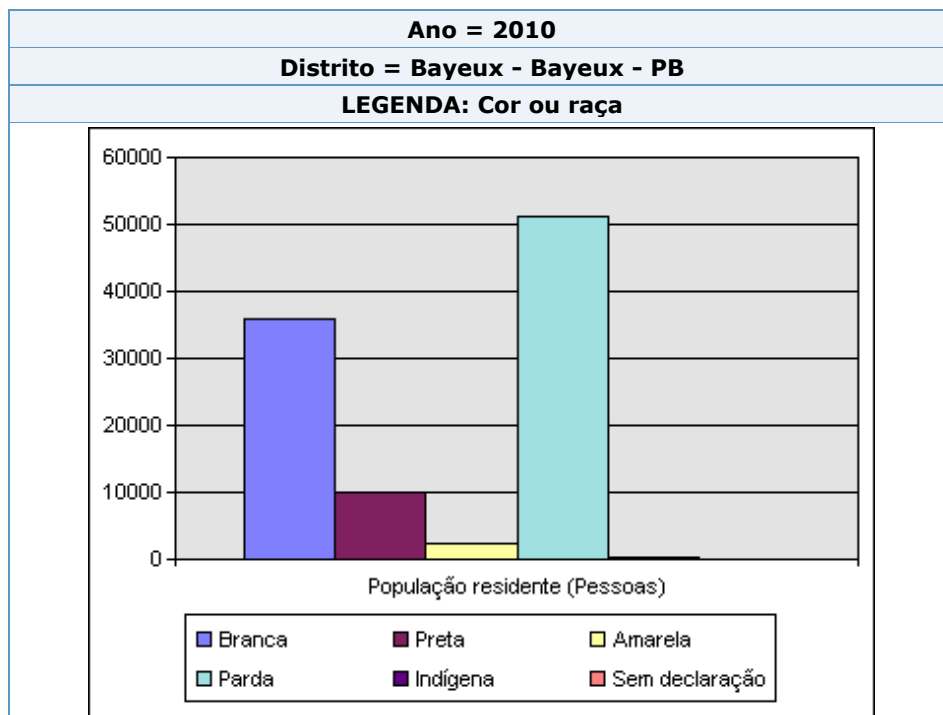
A tabela 03 e o gráfico 01 mostram valores do censo do IBGE de 2010 segundo a situação de domicílio e sexo, onde 99,07% vivem em área urbana e 0,93% vivem em área rural. Já em relação ao sexo 47,87% são homens e 52,13% são mulheres.

Tabela 04 – População residente por cor ou raça.

Distrito = Bayeux - Bayeux - PB Situação do domicílio = Total Ano = 2010	
Cor ou raça	
Branca	35.933
Preta	10.024
Amarela	2.223
Parda	51.207
Indígena	329
Sem declaração	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

Gráfico 02 – População residente, por cor ou raça.



Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

A tabela 04 e o gráfico 02 mostram valores do censo do IBGE de 2010 segundo cor e raça. A maioria dos habitantes são de cor e raça parda cerca de 51,35%, seguido da branca 36,04%, preta apresentando 10,05%, amarela com 2,23% e indígenas com cerca de 0,33%.

➤ Bairro do Baralho

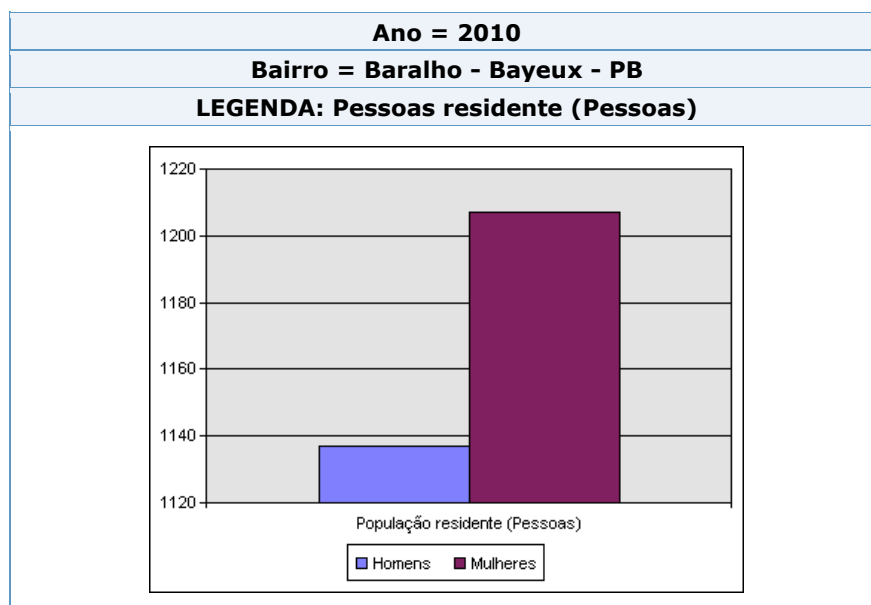
Na tabela 05 apresenta os valores da população referente ao bairro do Baralho. Segundo censo do IBGE de 2010 consta 2.344 habitantes, sendo que 1.137 são homens e 1.207 são mulheres.

Tabela 05 – População residente por sexo.

Bairro = Baralho - Bayeux - PB	
Variável = População residente (Pessoas)	
Ano = 2010	
Sexo	
Total	2.344
Homens	1.137
Mulheres	1.207

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

Gráfico 03 – População residente por sexo



Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

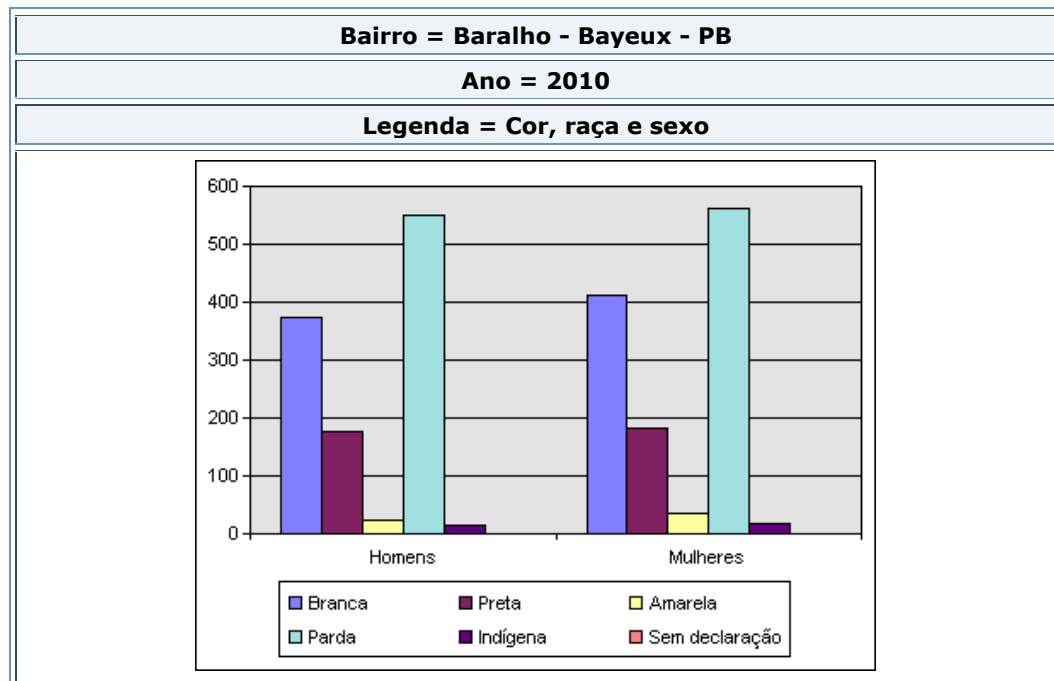
O censo mostra também o percentual de mulheres e homens no bairro. Cerca de 48,51% são homens e 51,49% são mulheres que residem no bairro.

A tabela 06 e o gráfico 04 apresentam dados da população do baralho, segundo cor e raça e sexo.

Tabela 06 – População residente, por cor ou raça e sexo.

Bairro = Baralho - Bayeux - PB		
Ano = 2010		
Cor ou raça	Sexo	
Total	Total	2.344
	Homens	1.137
	Mulheres	1.207
Branca	Total	785
	Homens	373
	Mulheres	412
Preta	Total	356
	Homens	175
	Mulheres	181
Amarela	Total	58
	Homens	24
	Mulheres	34
Parda	Total	1.112
	Homens	551
	Mulheres	561
Indígena	Total	33
	Homens	14
	Mulheres	19
Sem declaração	Total	-
	Homens	-
	Mulheres	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

Gráfico 04 - População residente, por cor ou raça e sexo.

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

Em relação ao percentual da cor e raça 47,44% são de cor parda, seguido de 33,49% da cor branca, 15,19% de cor preta, cerca de 2,47% de cor amarela e apenas 1,41% são indígenas.

2.2.2 Compartimentos Naturais e Morfologia.

O município ocupa dois compartimentos naturais com características planas: as planícies fluvio-marinhas e os tabuleiros costeiros. Entre esses ambientes principais destacam-se: as encostas e vertentes, ao sul, de vários rios que passam pelo município: Rio do Meio, Marés e Tambay. Junto às planícies fluvio-marinhas, ao norte, se localiza grandes áreas de manguezais.

Na maior parte de seu território a vegetação é predominantemente de mangue, que se encontra ainda bastante preservada ao Norte. Ao Sul, com o avanço populacional, se encontra praticamente extinta, restando apenas fragmentos de Mata Atlântica.

O município de Bayeux apresenta uma vegetação bastante diversificada, embora, boa parte do seu território já esteja bastante urbanizada, ainda resta pequena

“manchas” verdes. Em torno de 60% do território municipal ainda são constituídos de Manguezais e resquícios de Mata Atlântica.

Na porção sul do município de Bayeux, mais precisamente a Oeste do bairro do Mário Andreazza, ao Sul do Rio do Meio e a Leste do Bairro Jardim Aeroporto encontra-se a Unidade de Conservação Estadual da Mata Xem-xem. Possui uma área com cerca de 182 hectares e apresenta uma vegetação caracterizado por fragmentos de Mata Atlântica.

Ao Norte do município de Bayeux localiza-se a vegetação de Mangue que ainda se encontra bastante preservada. Nessa região situa-se a Ilha do Eixo, localizada no estuário do Rio Paraíba do Norte, e é parte integrante da área territorial do bairro do Baralho, como consta em mapas oficiais. Possui uma área de 240 hectares, encontra-se parcialmente desmatada e a sua flora é predominantemente formada por manguezais do tipo *Rhizophora mangle*, *Avicinea tomentosa* (mangue siriuba), *Conocarpus erectus L.* (mangue de Botão) e *Laguncularia racemosa* e resquícios de mata secundária.

Os manguezais da Paraíba são formados pelas seguintes espécies: mangue vermelho, mangue-de-botão ou mangue cinzento, mangue siriúba, mangue manso ou branco.

Essas espécies ocorrem, em geral, na seguinte ordem: mangue vermelho, na periferia, seguido de mangue siriúba, nos solos mais consistentes, e mangue-branco nas partes mais arenosas e só invadidas pelas águas das marés altas. Na retaguarda dos mangues, acompanhando os canais de maré e os estuários, ocorre quase sempre o mangue-de-botão, quando a salinidade diminui. Quando a areia domina, o mangue-branco torna-se invasor.

A tabela 08 apresenta algumas espécies de vegetais do Ecossistema do Manguezal.

Quadro 02 – Espécies Vegetais do Ecossistema do Manguezal

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Mangue vermelho	<i>Rhizophora mangle</i>
Mangue-de-botão ou cinzento	<i>Conocarpus erecta</i>
Mangue siriúba	<i>Avicennia schaueriana</i>
Mangue preto	<i>Avicennia nitida</i>
Mangue manso ou branco	<i>Laguncularia racemosa</i>
Avencão ou samambaia-açu	<i>Acrostichum aureum</i>
Aninga ou Anhingas	<i>Montrichardia linifera</i>
Algodão do mangue	<i>Hibiscus tiliaceus</i>

Fonte: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol - OSCIP, 2006.

O clima caracteriza-se por apresentar um clima tropical úmido do tipo AS, com pluviosidade acima de 180.00mm anuais e temperaturas médias de 26 °C. (OSCIP, 2006).

O clima é do tipo Tropical Chuvoso com verão seco. O período chuvoso começa no outono, tendo início em Fevereiro e término em Outubro. A precipitação média anual é de 1.634.2 mm. (CPRM/PRODEEM, 2005).

Como destacamos, o município ocupa dois compartimentos morfológicos, o tabuleiro costeiro e a planície flúvio-marinha.

De acordo com a OSCIP (2006) nos dar informações precisas do tipo de solo dos dois compartimentos.

O papel dos materiais detríticos da Formação Barreiras é primordial para a formação dos solos dos tabuleiros associados a um clima úmido e quente, favorável à lixiviação e à hidrólise ácida, eles são responsáveis por duas classes de solos principais: solos ferralíticos fracos (latossolos lixiviados) formados a partir de material mais argiloso e solos Podzólicos Distróficos (pobres em nutrientes) a partir de material mais arenoso. Inclusões de podzol hidromórfico nas coberturas arenosas (processo de lixiviação e podzolização) (OSCIP, 2006).

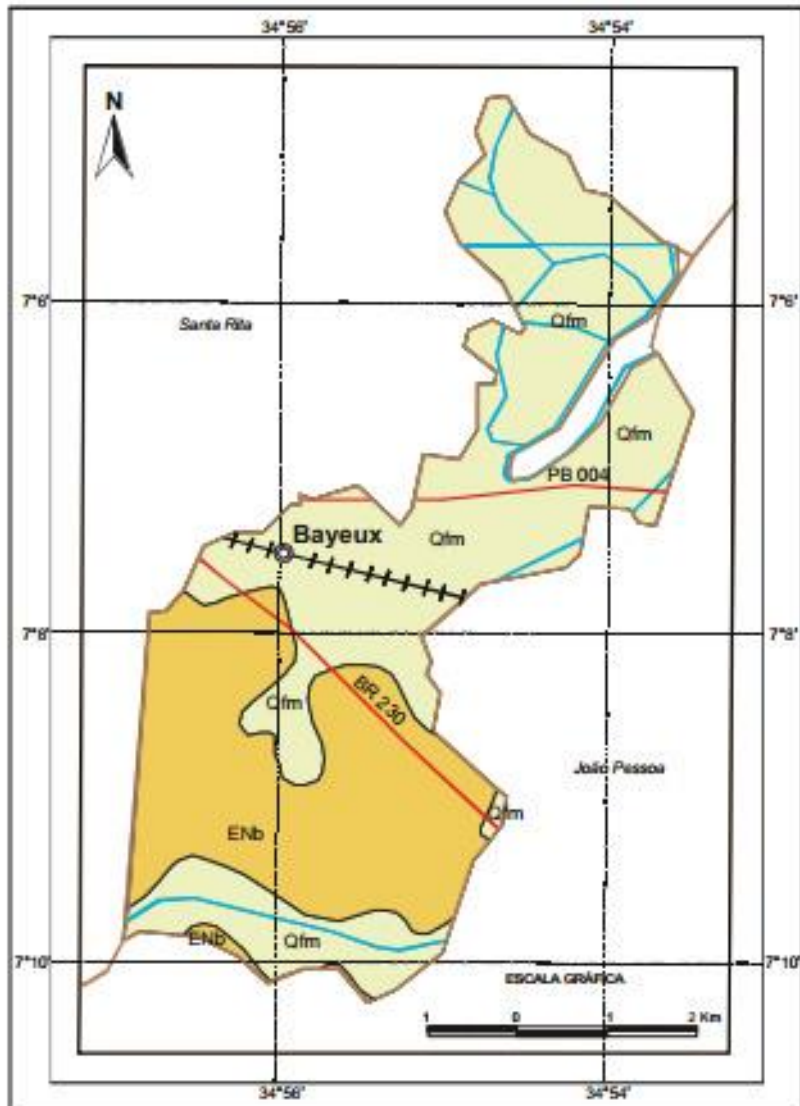
A litologia desses materiais detríticos é composto de arenitos finos à médios, sílticos e argilas variegadas, com níveis caulínicos e níveis conglomeráticos grosseiros, estratificação horizontal incipiente, coloração avermelhada e amarela.

Ainda de acordo com a OSCIP (2006) cita que:

Na planície flúvio-marinha, é formada pela associação de solos hidromórficos e halomórficos englobando: Solonchacks, solos Gley tiomórficos ou solos ácidos sulfatados e outros. Textura variável desde arenosa até argilosa (OSCIP, 2006).

A figura 14 mostra o mapa litológico do município de Bayeux:

Figura 14 – Mapa Litológico



UNIDADES LITOESTRATIGRÁFICAS

Cenozóico

- Qfm** Depósitos flúvio-marinhos (fm): depósitos indiscriminados de pântanos e mangues, flúvio-lagunares e litorâneos
- ENb** Grupo Barreiras (b): arenito e conglomerado, intercalções de silte e argila

CONVENÇÕES GEOLÓGICAS

- Contato geológico

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- ⊙ Sede Municipal
- Rodovias
- ++++ Linha férrea
- Limites Intermunicipais
- Rios e riachos

Fonte: CPRM/PRODEEM, 2005.

O principal estuário do município de Bayeux é o rio Paraíba. Ainda possui quatro outros rios: Sanhauá, Paroeira, rio do Meio e Mumbaba. Outros riachos também fazem parte do município como: Preto, Tambay, a Lagoa do Sapo, os açudes do Xém-Xem e Mumbaba. (OSCIPI, 2006)

Fazem parte ainda do município ilhas fluviais como do Cabo, Tabu e Verde, com cobertura vegetal típicas de manguezais e restingas. Estas áreas apresentam potencial de aproveitamento para uso turístico, principalmente nas modalidades de ecoturismo e turismo histórico.

2.3 Manguezal

A origem da palavra *Mangue* é obscura como diz o Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa (1952) e ainda acrescenta que foi utilizada primeiramente pelo então Governador da Índia Afonso de Albuquerque em 1513 numa carta escrita ao rei de Portugal. (VANNUCCI, 1999).

Contudo esse nome é de origem africana, quando os portugueses aprenderam a palavra na costa ocidental da África no século XV espalhando pelo mundo. Os termos *manguezal*, *manguezais* ou *mangais* são usadas para indicar extensas áreas de florestas de mangues” (VANNUCCI, 1999).

O manguezal é um ecossistema de zona costeira encontrado em regiões de clima tropical e subtropical, como define Schaefer-Novelli (1995) “ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés”.

Ainda acrescenta,

É constituído de espécies vegetais lenhosas típicas (angiospermas), além de micro e macroalgas (criptógamas) adaptadas à flutuação de salinidade e caracterizadas por colonizarem sedimentos predominantemente lodosos, com baixos teores de oxigênio. Ocorre em regiões costeiras abrigadas e apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies de animais, sendo considerado importante transformador de nutrientes em matéria orgânica e gerador de bens e serviços (NOVELLI, 1995).

Para Marta Vannucci (1999), ela diferencia a palavra *mangue* e *manguezal*, sendo que a primeira serve para designar as árvores, de diferentes espécies, de uma

comunidade. E a segunda utilizada para designar o conjunto de árvores, ou seja o ecossistema de mangues. Porém a definição é semelhante aos demais autores, onde ela menciona a palavra mangue como um substantivo coletivo.

Muito já se falou e escreveu sobre a origem da palavra mangue (ou manguezal). Esse substantivo coletivo designa um ecossistema formado por uma associação muito especial de animais e plantas que vive na faixa entre-marés das costas tropicais baixas, ao longo de estuários, deltas, águas salobras interiores, lagoas e lagunas (VANNUCCI, 1999, p. 25).

O ecossistema de manguezal se associa às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde ocorre o encontro de águas de rios com o mar, ou diretamente expostos à linha da costa.

A cobertura vegetal, ao contrário do que acontece nas praias arenosas e nas dunas, instala-se em substratos de vasa de formação recente, de pequena declividade, sob a ação diária das marés de água salgada ou, pelo menos, salobra.

Vale salientar que, o Brasil apresenta uma das maiores extensões de manguezais do mundo. Ocorrem ao longo de 6.800 km de costa, desde o rio Oiapoque, Amapá, à Praia do Sonho, Santa Catarina. O seu ponto mais oriental se encontra na ilha de Fernando de Noronha, onde uma pequena mata monoespecífica de *Laguncularia racemosa* cerca de 0,15 ha incide no estuário do rio Maceió (VANNUCCI, 1999).

Enquanto que 85% das áreas de manguezais se encontram no litoral norte brasileiro, 10% situam-se no litoral do nordeste, do Ceará ao Rio de Janeiro. O litoral é caracterizado por micro e mesomarés e estreitas planícies costeiras. A Formação Barreiras, depósitos terciários, estende-se até o litoral, onde limitam a extensão dos manguezais. O clima geralmente é semi-árido com poucas precipitações a poucos meses do ano até o litoral da Bahia. (VANNUCCI, 1999).

Os manguezais nordestinos são baixos, uma das espécies de árvores mais evidente é o *Rhizophora mangle*, onde no Brasil é conhecido como “Mangue Vermelho” que chega a atingir 10-20m de altura. As florestas desenvolvem-se ao longo de estuários, lagoas e dificilmente atingem mais de 15m. Outras espécies de árvores são frequentes nos manguezais como *Avicennia schaueriana* (mangue preto) e a *Laguncularia racemosa* (mangue branco) (VANNUCCI, 1999).

A fauna é bastante diversificada, porém difícil de identificar uma fauna característica desse ecossistema, como cita Vannucci (1999):

A maior parte das espécies de animais que ocorrem em manguezais também ocorrem em outros sistemas costeiros, como lagunas e estuários. Entretanto alguns desses animais têm suas maiores populações em áreas de manguezal, sendo portanto típicos, mas não exclusivos desses ecossistemas. (VANNUCCI, 1999).

O quadro 03 descreve os grupos de animais de acordo com as funções que cada um exerce no litoral brasileiro, inclusive mostra animais não exclusivos dos manguezais.

Quadro 03 - Descrição dos grupos funcionais

Grupos	Algumas espécies
1. Espécies diretamente associadas às estruturas aéreas das árvores:	Aratu-do-mangue, caracol-da-folha, ostra-do-mangue
2. Espécies que habitam o ambiente terrestre, mas que visitam periodicamente os mangues à procura de alimento:	Cachorro, lontras, jacarés, micos e macacos
3. Espécies que vivem nos sedimentos de manguezais e/ou nos bancos de lama adjacentes:	Siris, caranguejos, moluscos, mexilhão, bivalvos, gastrópodes
4. Espécies marinhas que passam parte do seu ciclo de vida nos manguezais:	Camarões, diversos tipos de peixes, em particular tainhas e anchovetas, peixe-boi marinho.

Fonte: VANNUCCI (1999, p. 191 - 192).

No entanto, a fauna é conhecida como “berçário”, porque muitos animais se reproduzem nestes locais. O camarão, por exemplo, se reproduzem no mar, onde depositam suas larvas nas áreas de manguezais, que se alimentam e desenvolvem antes mesmo de retornarem para o mar. Os peixes costumam migrar para o mangue para se alimentarem e reproduzirem, como as tainhas e robalos. As aves também utilizam desse lugar pra procriarem que podem ser espécies migratórias (geralmente usam pra se alimentarem ou descansar) ou espécies que habitam o próprio mangue (Figura 15).

Figura 15 - Aves repousando em troncos de árvores do manguezal.



Foto: Do Autor, 2010.

Os solos são formados a partir de minerais encontrados em alguns tipos de rochas como, por exemplo, os siltes, areia e material coloidal trazidos pelos rios, ou seja, um material de origem mineral ou orgânica que se transforma quando encontra a água salgada.

Estes solos são caracterizados por ser salgado, úmido, mole e lodoso, pobre em oxigênio, que são retirados por bactérias que o utilizam para decompor a matéria orgânica e é muito rico em nutrientes. A matéria orgânica é de grande importância servindo de base alimentar para animais como crustáceos e algumas espécies de peixes.

Os manguezais e outras áreas da zona costeira estão em áreas de intensa pressão urbano-industriais. Grandes extensões de área de mangues já foram aterrados para a criação obras urbanas e turística.

No entanto, elas são mal administradas por órgãos e instituições variadas que muitas vezes não tem competência para administrar e coordenar estas áreas e como consequência, os ecossistemas de zonas costeiras estão sendo destruídos, antes mesmo que seja feita um planejamento ideal para ser implantado.

A cidade de Bayeux é um exemplo dessa ação desordenada, várias madeiras de mangue foram extraídas para a construção civil, assim como parte de sua cobertura vegetal foram retiradas para implantação de fábricas e indústrias, contribuindo para a degradação do mangue.

Além disso, a cidade sofreu um “inchaço” de pessoas que migraram de zonas rurais para as grandes cidades (João Pessoa e Santa Rita) em busca de melhores condições econômicas ao longo do tempo, porém não suportaram essa demanda de pessoas, onde grande parte foram destinadas as áreas chamadas “marginais” como cita Diegues (1995).

Esse processo é agravado pelo número crescente de pessoas que expulsas de seus lugares de origem acabam ocupando áreas de mangue para moradia. Esse fenômeno é grave sobretudo no Nordeste em que a expansão dos canaviais expulsa populações rurais que não encontram outra alternativa de moradia a não ser as áreas consideradas marginais, como é o caso das áreas de apicum⁵ e mangue. (DIEGUES, 1995, p. 161-162).

Na década de 1950 foi marcada pelo início de transformações estruturais em todo o Brasil, a partir disso o uso dos mangues foi se intensificando com os processos de urbanização rápida das zonas litorâneas, com a implantação de indústrias nos ecossistemas estuarinos. (DIEGUES, 1995)

Vannucci afirma (1999), que a partir da década de 1970 as áreas de mangues começaram a dar lugares aos prédios para as construções de shoppings e projetos turísticos imobiliários; começava então a especulação imobiliária no Brasil.

Além dos impactos diretos sobre os mangues, a necessidade de grande quantidade de água potável e a necessidade de energia elétrica levou a construção de várias barragens que serviram também como armadilha para os sedimentos que seriam distribuídos nos deltas e estuários dominados pelos manguezais, como resultado muitas áreas costeiras tornaram-se erosivas e ameaçadas por esse fenômeno (VANNUCCI, 1999).

Segundo Diegues (1995), a degradação dos estuários e dos mangues do litoral brasileiro é decorrente de uma ação conjunta de várias causas e fatores resultantes de um modelo econômico de ocupação do espaço litorâneo marcado pelos seguintes processos:

- a) Pela implantação de grandes polos químicos, petroquímicos e minero-metalúrgico em áreas estuarinas, associada à construção de grandes portos para a exportação da produção e ao uso dos estuários como simples depósito e transporte de dejetos sólidos e líquidos para o oceano.

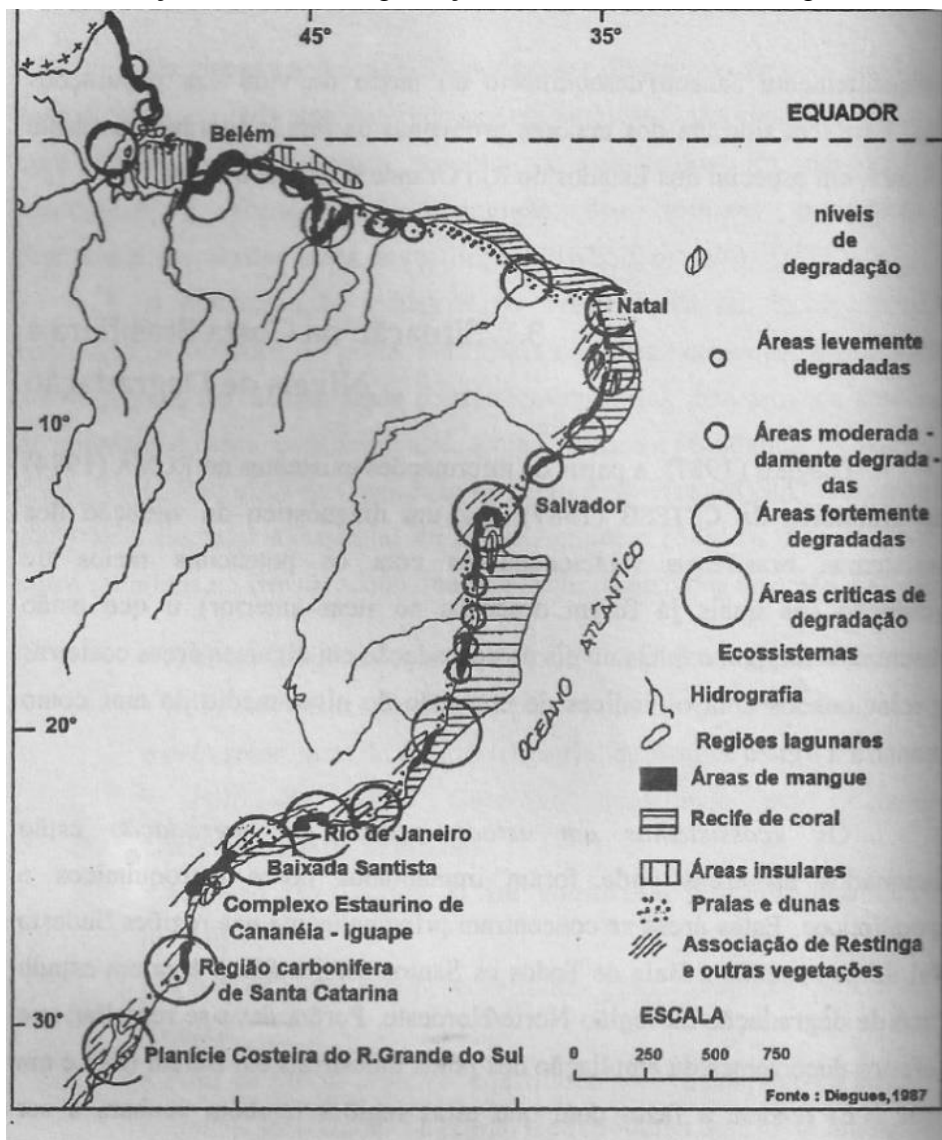
⁵ Segundo Bigarella (1947) A zona de Apicum, faz parte da sucessão natural do manguezal para outras comunidades vegetais, sendo resultado da deposição de areias finas por ocasião da preamar.

O apicum ocorre na porção mais externa do manguezal, raramente em pleno interior do bosque e associa-se aos manguezais formando na realidade um estágio sucessional natural do ecossistema (Schaeffer-Novelli, 1995).

- b) Pela expansão urbana e a especulação imobiliária. Os manguezais são cortados ou aterrados para dar lugar a conjuntos habitacionais, hotéis, estradas e avenidas.
- c) Pela expansão agrícola, em particular de cana de açúcar. O subsídio à produção de álcool (Pró-Álcool) tem levado a uma rápida e desastrosa expansão de cana de açúcar sobre áreas anteriormente considerada marginais para esse cultivo, como os tabuleiros e terras contíguas ao mangue.

A figura 16 mostra as áreas com níveis elevados de degradação:

Figura 16 - Distribuição e níveis de degradação dos ecossistemas ao longo da Costa Brasileira



Fonte: DIEGUES (1995).

Os ecossistemas em estado crítico de degradação estão relacionados às áreas onde foram implantadas as indústrias petroquímicas e cloroquímicas. Estas áreas se concentram principalmente nas regiões Sudeste e Sul do país, sendo a Baía de Todos os Santos (BA) a única área em estado crítico de degradação da Região Norte/Nordeste. (DIEGUES, 1995)

Ainda de acordo com Diegues (1995), as áreas de mangues são utilizadas por comunidades humanas para a produção de bens que podem ser classificados como:

Quadro 04 - Produção de bens em áreas de mangues

<i>Usos Diretos</i>	Extração de madeira para a produção de casas, de instrumentos de pescas (cercos, caixas), para cercas, para lenha, utilização de folhas que misturadas à ração servem alimentos para os animais, adubo vegetal, produção de tanino para tingimento de redes e cortumes, produção de alimentos e medicamentos, colas, óleos, açúcares, álcool.
<i>Usos Indiretos</i>	Captura de peixes, crustáceos e moluscos, produção de mel de abelha, mamíferos e passáros
<i>Funções e Serviços</i>	Estabilização da linha de costa; proteção contra a invasão do mar, habitats para a fauna e flora, berçário para inúmeras espécies de peixes e aves, local de importante produção primária e biomassa, áreas para recreação, turismo e educação ambiental, reciclagem de dejetos.

Fonte: DIEGUES (1995, p. 166).

CAPÍTULO 03: ATIVIDADES ECONÔMICAS E A SITUAÇÃO SOCIAL DO BAIRRO DO BARALHO

3.1 A Pesca Artesanal

O manguezal como vimos no capítulo anterior é um ambiente extremamente rico na fauna e a flora. A sua fauna é conhecido como “berçário” devido à reprodução de várias espécies de animais, como exemplo os peixes e os camarões. É também um ambiente de extrema importância para a prática da pesca artesanal, devido a sua abundância natural e que atualmente se encontra reduzida devido à falta de apoio do Estado, e por sofrerem com a intervenção antrópica devido ao processo de urbanização sem um planejamento adequado dos Governantes.

Segundo Madruga (2002) a atividade pesqueira artesanal foi estudada ao longo dos anos como uma atividade ligada a linhas culturais que ocorre desde a um passado ancestral de índios que sempre preservou uma economia de subsistência. Ao passar do tempo esta atividade vem se desgastando com as interferências da realidade do meio urbano. Realidade esta que, sobretudo, é acompanhada pelas transformações econômicas vividas pelos diferentes processos de urbanização nos países do Terceiro Mundo.

O estudo deste tópico tem com o objetivo mostrar como a pesca artesanal contribuiu na vida dos moradores ribeirinhos que vivem em áreas de mangues, direcionando o seu passado como uma importante fonte econômica e de subsistência familiar e o período atual que em muitas regiões do Brasil vivem em área de extrema pobreza, como é o caso da cidade de Bayeux, no bairro do Baralho, onde esses recursos naturais se encontram praticamente extintos ao sul do bairro, mais situada em sua área urbana, decorrente de atividades antrópicas que resultaram num processo total de degradação ambiental.

A atividade pesqueira no Brasil vem desde períodos pré-coloniais, quando diversas comunidades indígenas, ribeirinhas e litorâneas usavam a pesca como meio de sobrevivência. As técnicas utilizadas das populações deste período representa uma herança cultural que permanecem até os dias atuais.

De acordo com Diegues (1995) no período colonial, várias formas de uso do manguezal foram utilizadas, principalmente, no Nordeste e Sudoeste, como a extração da

madeira para construções, para a lenha, para a preparação do tanino com que se tingem as redes, para a extração das ostras, para a pesca, etc.

Ainda no período colonial a captura da baleia representou um importante marco para a pesca, constituindo numa importante fonte de suprimento alimentar e que extraíam o óleo, também chamado de azeite da baleia, que serviam como combustível para a iluminação dos núcleos urbanos. Até então neste período representou como a primeira atividade pesqueira em grande escala em águas brasileiras. (ELLIS, 1969)

No começo do século XX o sistema pesqueiro começa a se configurar, com a missão do cruzador, José Bonifácio, ao comando de Frederico Villar:

Data de 1919 o início da missão do cruzador José Bonifácio, comandada por José Bonifácio, comandada por Frederico Villar, que percorreu a costa brasileira com o intuito de fundar as Colônias de Pescadores, órgãos de ação assistencialista, administrativas e militar do Estado junto as pescadores (GUEDES, 1984).

Estas juntamente com as Federações e com a Confederação Nacional dos Pescadores, criadas na mesma época, formam o sistema de representação da categoria voltada para os movimentos dos pescadores artesanais (CEMAR, 1992).

A introdução da Traina e o estabelecimento das indústrias de conserva de sardinha durante a década de 1930 representou as inovações tecnológicas que ainda se diferenciou entre armadores, embarcados e pescadores artesanais (DIEGUES, 1983).

Diegues (1995) ainda descreve que as primeiras décadas do séc. XX os usos do mangue relativamente limitados às comunidades litorâneas.

No Nordeste, as áreas de mangue eram utilizados para “viveiros” construídos nos estuários para a retenção e engorda de espécies estuarinos. Os galhos de mangues eram utilizados para a confecção de “caiçaras”, habitats artificiais onde se concentram várias espécies de pescado que são despescadas, para a construção de cercos, etc. (DIEGUES, 1995).

A atividade pesqueira até a década de 1960 como ressalva Neiva (1990) era predominantemente artesanal e sua produção era voltada exclusivamente para o mercado interno até então.

Criou-se em 1962 a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE que hoje se encontra extinta, a sua data entrada em vigor do Decreto Lei 221/1967 inaugurou a política de incentivos fiscais para a pesca.

A seguir mostra a aplicação do Decreto 221 relacionada à pesca:

A aplicação do Decreto 221 foi precedida pelo enquadramento das indústrias de pesca como indústrias de base e portanto sujeitas a gozarem dos benefícios fiscais. Com a isenção de até 25% do imposto de renda de pessoas jurídicas e de empresas que tivessem a intenção de passar a atuar na pesca, aliada às facilidades na importação de equipamentos de captura e beneficiamento do pescado (CEMAR, 1992 p. 41).

Esta política de incentivos fiscais na década de 1960 permitiu mudanças significativas como a modernização e a ampliação das indústrias pesqueiras, muitas delas formadas por pessoas não atuantes de fato na pesca, são empresas que foram beneficiadas pelo incentivo do governo.

A CEMAR (1992) ressalva que com o fim desta política de incentivos fiscais na década de 1980, resultou na falência de empresas, a incorporação de tantas outras e a crescente concentração industrial do setor.

Os estoques de interesse comercial para a pesca industrial, como lagosta, pargos, camarões e piramutabas, foram rapidamente reduzidos, levando a frota industrial a atuar em áreas cada vez mais distante das unidades de beneficiamento, além de invadir as áreas de pesca tradicionalmente utilizadas pela pesca artesanal, acarretando na degradação dos ecossistemas marinhos e litorâneos e inúmeros conflitos com os pescadores artesanais (CEMAR, 1992).

Num primeiro momento a luta dos pescadores artesanais era voltada à questões da categoria como previdência social, comercialização do pescado, financiamento e transformação do sistema de reprodução. (CEMAR, 1992)

Mas ao passar do tempo com a expansão das indústrias o que se observou foi uma degradação em massa dos ecossistemas estaurinos. Com essa preocupação em torno do meio natural veio mais uma luta dos pescadores para a preservação deste como também da questão fundiária.

A pesca Artesanal é considerada uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem em período anterior ao neolítico, esta por sua vez proporcionou aos pescadores adquirir um vasto conhecimento ao longo de vários séculos sobre os aspectos relacionados ao ciclo de vida das espécies capturadas, à época de sua reprodução e a concentração de cardumes (DIEGUES, 2004).

Há várias definições que tentam classificar a pesca Artesanal, como afirma Diegues (1973) que os pescadores artesanais são aqueles que, na captura e desembarque de toda

classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois em geral a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal fim possuem pouca autonomia.

A lei número 11.959, de 29 de Junho de 2009, classifica a pesca artesanal, como pesca comercial quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

De acordo ainda com a lei número 11.959, lei que regula as atividades pesqueiras em todo território nacional, Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Para a definição de Pescador Profissional teve como base a lei número 11.959 de 29 de junho de 2009, definiu o pescador profissional como: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica. Complementam-se esta definição com base no Registro Geral de Pesca - RGP

De acordo com o Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), o pescador artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes.

A pesca brasileira conforme CEMAR (1992) classifica em dois sistemas principais de produção:

A pesca Artesanal, caracterizada pelo fato do pescador trabalhar por conta própria, como proprietário ou como sócio, parceiro, participando diretamente na produção e posteriormente a sua venda. O sistema de remuneração salarial seria “por partes”. A pesca Empresarial se caracteriza pelo fato das embarcações pertencerem a uma empresa cujo proprietário não participa diretamente das atividades de captura mas é representado na embarcação pelo mestre. A remuneração pode ser “por parte”, por salário básico e parte ou só por salário. (CEMAR, 1992).

Ainda de acordo com a CEMAR (1992) dentro da sub-categoria da pesca Empresarial classifica também a pesca Empresarial Familiar, em que um armador possui várias pequenas embarcações que são dirigidas por familiares em geral. O pescador é o próprio mestre de uma das embarcações onde a remuneração é feita pelo sistema de “partes”.

A extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE usava a tonelada como o único critério de divisão: barcos abaixo de 20 toneladas são considerados “artesaniais” e acima de 20 toneladas, “industriais”.

Para CEMAR (1992) os maiores entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal são a falta de apoio do Estado e a crescente poluição e degradação dos ecossistemas litorâneos e costeiros. Neste sentido não somente a preocupação se gira em torno da poluição, mas sim a ocupação dos manguezais de forma irregular que afugenta os pequenos pescadores, e que são os fatores que mais afetam o sistema de produção artesanal.

A vida do pescador como afirma Vannucci (1999) se regula pela ação da natureza, pelas marés, pela lua e pelas chuvas num ritmo que corresponde ao comportamento dos animais e à vida e aos ciclos sazonais de plantas e animais.

Independentemente, algumas pessoas que vivem da atividade pesqueira não obedecem está lógica constante do horário da ação da natureza, pelo fato deles não terem tempo de desempenharem esta atividade, já que estas mesmas pessoas exercem outras atividades nas áreas urbanas.

Pode-se dizer que as atividades pesqueiras seria um tipo de atividade “passa-tempo” para esta população que vivem em áreas ribeirinhas, já que o volume de sua produção é incerto e muitas vezes necessitam de outras atividades para complementarem a sua renda financeira.

Segundo Madruga (2002) o pescador vive em uma situação que não é de desempregado, como também não é de um emprego formal. Se alguns deles tiverem patrão, são explorados por não possuir um equipamento necessário à pesca, ficando com apenas um terço da produção, que ainda é dividida com outros pescadores.

O pescador de fato tem um trabalho, mas não se constitui como um emprego formal. Os dados nos censos do IBGE são mostrados, sendo que de acordo com os padrões urbanos se enquadra mais num tipo de atividade informal (MADRUGA, 2002).

Os pescadores do Baralho vivem em condições de pobreza, muitos não conseguem passar de uma renda de um salário mínimo para a sobrevivência. De acordo com os pescadores do bairro em Julho de 2007, o Rio Sanhauá recebeu cerca de 50 mil peixes da espécie Tilápia. A intenção era beneficiar as famílias de pescadores, aumentando a quantidade

de peixes, porém a introdução de peixes exóticos em qualquer ecossistema prejudica as espécies nativas devido à nova espécie não ter predador nesse ambiente. Sendo assim, os peixes menores que ali habitam são prejudicados por essa competição por alimentos podendo chegar à extinção, pois não havendo predador as espécies introduzidas se disseminam com facilidade.

Segundo os pescadores a frequente diminuição de peixes e mariscos é relacionada à qualidade da água que se encontra poluída. Chegaram ainda a relatar que já existe o desaparecimento de algumas espécies e o gosto do peixe é tão ruim que não conseguem uma boa comercialização.

Figura 17– Forma de pesca tradicional dos pescadores do bairro.



Fonte: Do Autor, 2010.

A figura 17 mostra a forma tradicional da pesca artesanal, com canoas de pequeno porte e a rede de arrasto para a captura de peixes. A rede de arrasto geralmente é construída pelos próprios pescadores e utilizam para a criação, tecidos de fibras naturais ou de fio de pesca, seja com redes e cabos de fábrica. A rede é lançada à água a partir da embarcação, no caso na imagem feita com a canoa, uma ponta do cabo fica em terra e o barco faz um arco do tamanho da rede para entregar a outra ponta aos pescadores que se encontram do outro lado do rio. No entanto, o risco dessas pessoas se contaminar é grande, já que o rio se encontra bastante poluído.

A figura 18 e 19 mostra o trabalho dos pescadores, podemos observar na primeira uma imagem um depósito onde geralmente os pescadores guardam os materiais utilizados para a pesca e a segunda mostram as canoas de pequeno porte.

Figura 18 – Depósito onde os pescadores guardam seus materiais.



Fonte: Do Autor, 2010.

Figura 19 – Canoas utilizadas para a pesca.



Fonte: Do Autor, 2010.

Os esgotos a céu aberto em direção ao rio Sanhauá mostrada na imagem a seguir, é uma prática ocorrida em várias regiões brasileiras principalmente em áreas urbanas, já que na maioria das vezes o rio serve como dejetos para esses resíduos. Este tipo descaso é uma das principais queixas dos pescadores, assim como, os dejetos lançados das fábricas próximas. (Figura 20).

Figura 20 – Redes de esgotos que dificultam o trabalho do pescador.



Fonte: Do Autor, 2010.

Em relação à renda da atividade pesqueira do bairro, advém, sobretudo, de produtos de fora do estuário como peixes. Segundo os pescadores a maioria dos produtos é

obtida em áreas de menor densidade populacional como Forte Velho (Distrito de Santa Rita) e Costinha (Distrito de Lucena) e em regiões de manguezais próximas.

Já o consumo, produtos como peixe vermelho, cavala, bonito e cioba não são geralmente encontradas na dieta dos moradores ribeirinhos, sendo assim, é baseada em produtos de menores expressões de mercado, como mariscos, sardinhas, saúnas, e os bagres. Segundo os moradores, todos eles mostraram preocupação e medo de consumir estes alimentos indiretamente contaminados pelos resíduos do esgoto ou do próprio lixo que deixam em sua margem ou ainda no próprio rio.

O quadro 05 mostra a relação de alguns peixes existentes no Bairro:

Quadro 05 – Relação de peixes.

Nome vulgar	Nome científico
Marisco	<i>Anomalocardia brasiliana</i>
Tabaco-de -senhora	<i>Mytella guyanensis</i>
Lagosta	<i>Panulirus spp</i>
Sururu	<i>Mytella sp</i>
Ostra	<i>Crassostrea mangle</i>
Siri	<i>Callinectes sp</i>
Caranguejo	<i>Ucides cordatus</i>
Sirigado	<i>Mycteroperca bonaci</i>
Pargo	<i>Lutjanus purpúreos</i>
Carapeba	<i>Diapterus sp</i>
Espada	<i>Trichiurus lepturus</i>
Serra	<i>Scomberomorus regalis</i>
Sardinha	<i>Opisthonema aglinum</i>
Bagre	<i>Tachysurus sp</i>
Camurim	<i>Centropomus ensiferus</i>
Tainha	<i>Mugil spp</i>
Guaíba	<i>Ocyurus chysurus</i>
Barbudo	<i>Polydactylus oligodon</i>
Arraia	<i>Paratrygon signatus</i>
Coró	<i>Orthopristis ruber</i>

Fonte: Marcelino, UFPB PRODEMA (2000).

3.2 A Comunidade

Nos países subdesenvolvidos, não houve uma passagem da população do setor primário, para o secundário, e em seguida para o terciário. O processo de urbanização das cidades desses países se deu, sobretudo, pelo nascimento de numerosas pequenas cidades e pela polarização urbana em função de uma cidade, quase sempre a capital (SANTOS, 1989).

Segundo Souza (1988) A pobreza da urbanização das cidades brasileiras, se traduz:

No espaço urbano pelas habitações precárias, carência de equipamentos coletivos, periferias urbanas cada vez mais ampliada e distantes, a impossibilidade da gestão urbana, falta de recursos financeiros, inadequação tecnológica, especulação imobiliária e várias outras formas que o capitalismo insiste em inserir (SOUZA, 1988).

Para Souza (1988) o espaço pode ser definido sobre vários aspectos:

Uma região produtora de café; uma paisagem urbana ou rural; um centro de negócios e as periferias urbanas. Tudo isto são espaços, formas mais ou menos duráveis, onde o seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e objetos artificiais, isto é, objetos sociais e como consequência seria o resultado de acumulação de atividades de gerações, portanto da História (SOUZA, 1988).

Assim a paisagem, se encontra em contínuo processo, onde o espaço sempre se transformará para atender as novas necessidades, isto nos faz entender que a paisagem se transforme permanentemente para atender as demandas do homem e estas demandas nada mais que são registros históricos da evolução de uma sociedade.

A cidade de Bayeux por maior que seja, é obrigada a recorrer à cidade de João Pessoa, onde reserva-se boa parte de sua produção e que por sua própria natureza tem papel fundamental na economia do Estado, ficando as demais pequenas cidades mantendo relações com a capital.

É neste sentido que Souza (1988) expressa:

Nos países subdesenvolvidos, há uma só grande cidade com funções realmente metropolitanas e que, a partir de um dado momento histórico, passa a acumular as possibilidades de receber e produzir inovações, incluindo a produção industrial e de serviços de mais alto nível. As demais cidades por maiores que sejam e embora conhecendo o fenômeno de metropolização, são obrigadas a recorrer a essa metrópole nacional; porém, as relações interurbanas que ocorrem se dá apenas em um sentido, o que permite a alguns explicar esse fato como sendo uma relação de dominação ou de colonização interior. O fato é que a metrópole nacional reserva-se aquela parcela da produção que, por sua própria natureza, tem um papel reitor da economia, ficando as demais aglomerações do país, obrigadas a manter com ela uma enorme gama de relacionamentos. Estas relações são na maioria das vezes, hierárquicos e raros são os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento nos quais esse fato não esteja presente (SOUZA, 1988).

Esta relação tem como ligação a migrações das pessoas que vão à busca de emprego ou também para comercializar seus produtos na capital. As fábricas e as indústrias na cidade servem como fonte de exportação de seus produtos para a capital e as demais cidades do Brasil.

O processo de internacionalização da década de 1960 com o surgimento das Indústrias e várias inovações tecnológicas, em várias regiões do Brasil, como aqui na Paraíba representou uma evolução na economia, como também a migração da pobreza.

No sentido mais claro, foi um período que deu início ao fenômeno de concentração da população, onde a população urbana superou a população rural.

A cidade de Bayeux como já vimos no primeiro capítulo se originou também decorrente deste processo de concentração populacional. As diversas fábricas que se instalaram pela cidade na década de 1970 permitiu uma forte migração de pessoas para a cidade de Bayeux, Santa Rita e João Pessoa em busca de melhores condições financeiras, o problema são trabalhos que não dão garantia de estabilidade, ficando após o fim, a margem do desemprego. Outro fator também que já foi mencionado foi à falta de oportunidades de trabalhadores que as pessoas não conseguem arrumar empregos na capital, e terminam se deslocando em bairros periféricos ou em cidades próximas, acarretando em um crescimento demográfico.

Os problemas demonstrados acima são fatos de uma grande crise urbana, com a falta de oportunidades econômicas e sociais. Muitas das cidades também carece de infra-estrutura, equipamentos urbanos, serviços e hospitais adequada para atender toda essa população vindo de fora.

“A organização do espaço é a projeção da sociedade nesse mesmo espaço, indubitavelmente as dificuldades ou carências da sociedade nele se traduzem de forma

absolutamente concreta” (SOUZA, 1988). Isto quer dizer que se as pessoas recebem salários mínimos inferiores ao seu limite de sobrevivência, repercutirá na vida e na organização urbana.

O bairro do Baralho é um exemplo deste processo de uma organização urbana evidenciada pelos males da pobreza. O bairro situado no mangue, já constitui uma forma irregular de ocupação. Como já foi visto anteriormente, é um bairro que se expandiu de forma desordenada após a década de 1960, onde os problemas econômicos e sociais, são facilmente identificados, mas que preserva ainda traços culturais de uma população pesqueira e rural.

Segundo Rodrigues (2010) três fatores determinantes contribuíram para a migração das pessoas até a comunidade:

- Inicialmente pela grande oferta de empregos no final da década de 60 oferecida principalmente pela indústria de Sisal, atraindo pessoas de diversas localidades.
- A localização geográfica, por se situar próximo à cidade de João Pessoa, isto facilitaria o deslocamento dos habitantes para a capital.
- Por estar localizada numa área de mangue de pouca especulação, onde solo era muito barato no momento inicial da ocupação.

Madruga (2002) descreve como é feito a ocupação nas áreas próxima ao manguezal:

A ocupação das áreas próximas ao mangue, que são áreas de Domínio da União, é feita com a prática do aterro, utilizando-se material exógeno, como do próprio material do mangue, cuja lama, retirada das margens do rio, é mais compactada e mais difícil de ser erodida nas marés de maior força (MADRUGA, 2002).

A questão sanitária neste sentido se torna um problema para a qualidade de vida das pessoas que habitam o bairro, como também se torna um grave problema para o ecossistema estuarino.

Pelo fato, do nível do lençol freático ser alto não é possível à existência de fossas sépticas, e como não existe saneamento, apenas o abastecimento d’água encanada, todo o esgotamento sanitário é dirigido para o mangue, e quando a maré sobe, esses resíduos correm a céu aberto até chegarem as águas do Rio Sanhauá (MADRUGA, 2002). (Figura 21).

Figura 21 – Rede de esgoto de João Pessoa com destino ao Rio Sanhauá, próximo do bairro do Baralho.



Fonte: Do Autor, 2010.

Estas redes de esgoto praticamente inexistem no bairro, sendo assim, como não existe saneamento básico, os moradores utilizam as águas do rio como depósito para os dejetos. Segundo Rodrigues (2010) a ausência do poder público e a dificuldade técnica de se construir, no caso a condição do solo encharcado fica impossível pra fazer um sistema de esgotamento devido ao alto lençol freático.

Pelo que foi pesquisado ainda, a maioria dos domicílios não apresenta uma destinação final das águas. A maioria das casas lançam as águas utilizadas diretamente na maré do rio Paroeira, ou seja, uma destinação final completamente inadequada que revela a necessidade de infra-estrutura de drenagem e a saneamento. Algumas casas ainda jogam a água para o quintal ou para a rua.

Nas comunidades ribeirinhas do bairro existem dificuldades de atendimento a coleta de lixos, pois estão assentadas de forma irregular dificultando o acesso. A maioria destes resíduos são lançados diretamente no rio, ou deixados a sua margem, sendo levado quando a maré sobe poluindo consequentemente o rio. (Figura 22).

Figura 22 – Lixo acumulado nas margens do Rio Sanhauá.



Fonte: Do Autor, 2013.

A forma de abastecimento de água no está ligada diretamente à rede de água tratada. As casas pesquisadas recebem água canalizada em um único ponto e a distribuição é realizada através de recipientes. Isto confirma que o sistema de distribuição pública de água é eficiente, atendendo boa parte dos moradores do bairro, sem nenhuma reclamação.

Já em relação ao uso domiciliar da água para consumo humano, alguns moradores declararam que a água é clorada, outros ainda declararam que filtrava a água para o consumo. Nas aglomerações urbanas consideradas subnormais, muitos relataram que a água não possui nenhum tratamento.

Com o uso da energia elétrica, essas mesmas pessoas afirmaram que possuem energia, já com os medidores normais. Conversando com outros moradores, alguns ainda afirmaram que possuía energia elétrica emprestada de uma ligação a casa vizinha.

Com relação à forma de obtenção do imóvel (terreno), declararam serem proprietários legítimos do terreno, adquirindo através da compra, outros alegaram que os terrenos foram herdados de famílias. Vale salientar que, a localização dos imóveis junto com a

maré e ao manguezal são áreas de domínio da União e que a probabilidade de irregularidade fundiária é grande.

O arruamento do bairro é precário, além da Avenida Liberdade, poucas ruas são pavimentadas. As que não são pavimentadas situa-se na vila São Pedro e no Mangue Seco. A Avenida São Paulo quem tem início na Vila Teimosa é uma das principais do bairro, pavimentada, porém o seu acesso estreito dificulta a circulação de carros. (Figura 23 e 24).

Figura 23 – Início da Avenida São Paulo, próximo à fábrica de Sisal.



Fonte: Foto extraída do aplicativo de imagens Google Earth no dia 24 de Fevereiro de 2014, às 11:58 hrs

Figura 24 – Final da Avenida São Paulo, não existe saída.



Fonte: Foto extraída do aplicativo de imagens Google Earth no dia 23 de Fevereiro de 2014, às 21:52 hrs

A Avenida Liberdade é à única via que pode atender uma boa quantidade de veículos, por ela ser larga e pavimentada. Porém o início da Avenida não é possível à entrada de veículos de grande porte, como carros, ônibus e caminhões, entre outros, devido ao fechamento da Ponte Sanhauá que está com sua estrutura abalada. Só é permitida a entrada de motos ou bicicletas. Sendo assim, a entrada de veículos maiores é feita na parte oeste do bairro, entre o bairro São Bento e o Baralho. (Figura 25).

Figura 25 – O início da Avenida Liberdade fechada devido à estrutura danificada da Ponte Sanhauá.



Foto: Do Autor, 2013.

Outro fato que chama atenção da Avenida Liberdade é a deficiência do sistema de coleta, o lixo é lançado na rua ou em terrenos vazios, devido à baixa frequência de coleta, e vários são os obstáculos que dificultam a acessibilidade. Como exemplo os carros que ficam no acostamento estacionado, são prejudicados pelo grande fluxo de veículos maiores e por até imprudência dos motoristas que não respeitam seus limites acaba batendo nesses carros.

Ainda sobre a Avenida Liberdade o seu início é formado no geral por residências e por pequenos estabelecimentos comerciais. Muitos dos estabelecimentos ficam em sua própria residência, como forma de economizar gasto e às vezes os moradores não tem condições financeiras de ter um próprio estabelecimento em locais de poderes aquisitivos maiores. (Figura 26, 27, 28 e 29).

As Igrejas da Assembléia de Deus, Universal e Católica pode ser visto em várias regiões do bairro, só na Avenida Liberdade, são cinco Igrejas da Assembleia de Deus, uma da Igreja Católica e uma da Igreja Universal. (Figura 30 e 31).

Figura 26 - Mercado de Peixe



Fonte: Do Autor, 2013.

Figura 27 - Supermercado do bairro



Fonte: Do Autor, 2013.

Figura 28 – Pequenos estabelecimentos comerciais



Fonte: Do Autor, 2013.

Figura 29 – Pequenos estabelecimentos comerciais



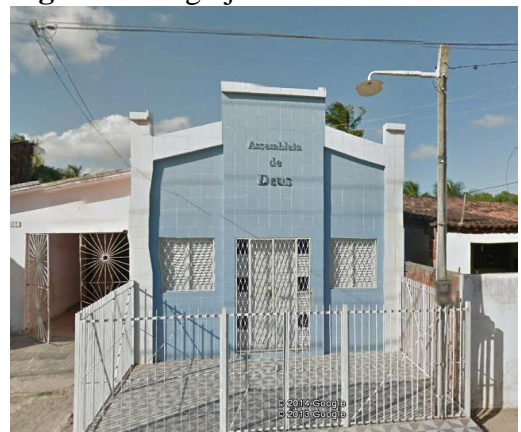
Fonte: Do Autor, 2013.

Figura 30 – Igreja Católica



Fonte: Do Autor, 2013.

Figura 31 – Igreja Assembleia de Deus



Fonte: Foto extraída do aplicativo de imagens Google Earth no dia 25 de Fevereiro de 2014, às 14:25 hrs.

Uma das queixas citadas foi à falta de atendimento médico e farmácias pelo bairro, onde a maioria deles tende a se deslocar para outros bairros de Bayeux ou até para a cidade de João Pessoa mesmo. Em relação a medicamentos os moradores procuram o hospital público ou o posto de saúde para o fornecimento dos medicamentos gratuitamente. (Figura 32)

Figura 32 – Posto de Saúde do Bairro do Baralho.



Fonte: Foto extraída do aplicativo de imagens Google Earth no dia 23 de Fevereiro de 2014, às 21:41 hrs

Na parte situada a oeste, próxima a fábrica de Sisal, existe uma aglomeração de casas que situam em níveis muito abaixo em relação a outras casas. A situação destas residências é de grande risco, isto porque, se encontram localizados às margens do rio Sanhauá, com isso quando a maré sobe, a tendência é que estas casas sejam inundadas, aumentando o risco de doenças, já que o rio é poluído.

A figura 33 mostram casas situadas abaixo do alinhamento da rua também dificultam a drenagem, a coleta de lixo e o lançamento do esgoto domiciliar na rede pública. Desta forma os esgotos e lixo são lançados diretamente no rio ou na maré.

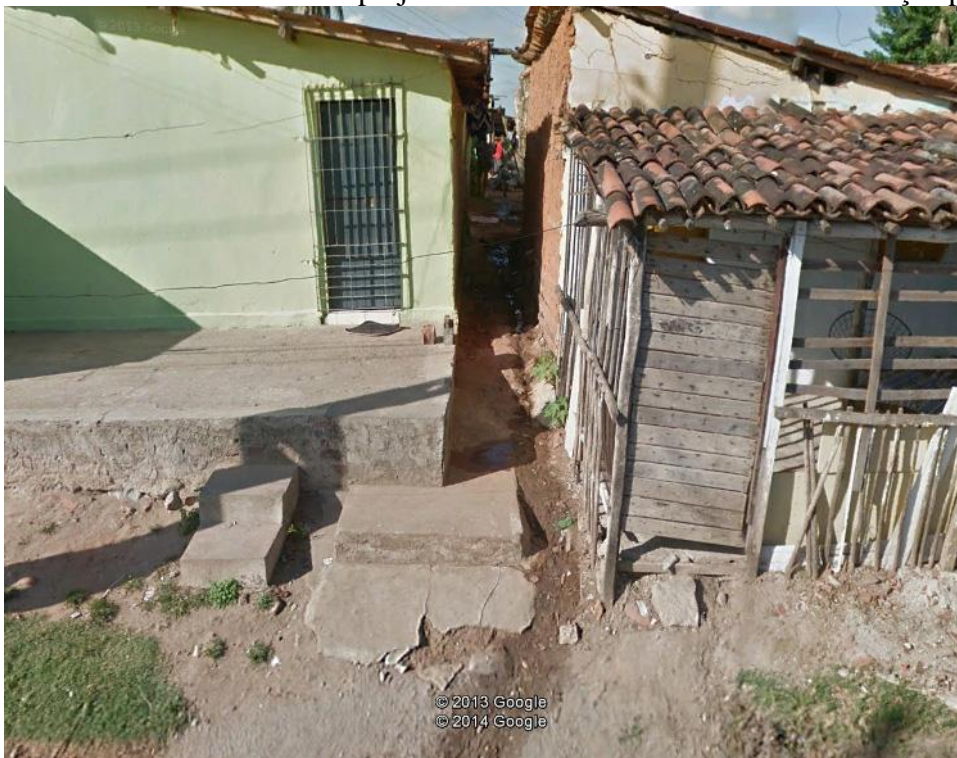
Figura 33 – Casas abaixo da linha da rua.



Fonte: Foto extraída do aplicativo de imagens Google Earth no dia 23 de Fevereiro de 2014, às 21:36 hrs.

A dificuldade de acesso em algumas vilas do bairro dificulta a coleta de lixo e outros serviços públicos. Em algumas áreas não existe iluminação pública, aumentando a insegurança dos moradores. (Figura 34).

Figura 34 – Vilas de difícil acesso prejudicam a coleta de lixos e outros serviços públicos.



Fonte: Foto extraída do aplicativo de imagens Google Earth no dia 23 de Fevereiro de 2014, às 15:15 hrs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos apresentados mostram a realidade atual de uma crise capitalista, de esgotamento do modelo desenvolvimentista, onde é evidenciada a imensa capacidade destrutiva do sistema.

Observou-se que a partir da década de 1970 houve expansão de conflitos de um modelo de crescimento econômico que possui bases genéticas na indústria, e o volume de efeitos nefastos sobre os diversos ecossistemas do planeta. Fato este apresentado sobre tudo nas áreas de manguezais, como cita Lima.

A pobreza e a ecologia são realidades interdependentes que precisam ser compreendidas e abordadas de forma integrada, na busca de um equacionamento adequado. Isto porque, se a degradação ambiental agrava as condições de vida dos mais pobres, a pobreza destes conduz a uma exploração predatória dos recursos naturais, fechando um ciclo perverso de prejuízos sócio-ambientais (LIMA, 1997).

Como já foi citada anteriormente no texto, à organização do espaço do Bairro do Baralho se evidenciou muito nos hábitos de uma população que vivem de renda inferior a um salário mínimo, decorrente também pelos agravamentos impostos pelo capitalismo. A pobreza é um mal que causa a privação de capacidades, vivendo assim em um “mundo” inseguro, de incertezas e de pouca produtividade.

O que foi analisado durante o processo do estudo do trabalho, vários aspectos do Bairro, assim como da cidade de Bayeux, foram apresentados, verificamos que a comunidade tinha como marco histórico a ponte Sanhauá, que iniciou o processo ocupacional do Bairro do Baralho e da cidade de Bayeux. Durante o trabalho de campo observamos que algumas edificações históricas ainda permanecem intactas desde primeiros tempos de ocupação da antiga “Vila Barreiras”.

Ficou evidenciado que o Bairro carece de infra-estrutura, de segurança entre outros males. Os dados a seguir mostram estas deficiências ou carências:

- Insuficiência na oferta dos postos de trabalho;
- Percentual grande ainda de famílias sem acesso a renda para manutenção da família;

- Baixa escolaridade, em geral dos pais, que dentro da dificuldade de inserção do mercado, dedicam-se mais as atividades extrativistas, de forma rudimentar e mal remunerada;
- Irregularidade fundiária e habitacional, onde praticamente toda a comunidade está situada em área de manguezal, portanto era impossibilitada a sua regularização, seja por ser imprópria à ocupação, seja por ser uma área de preservação ambiental rigorosa. Com a abertura possibilitada pela resolução CONAMA nº. 369/2006 é importante a realização de um estudo específico com vistas à regularização (ao menos em parte) e a relocação, quando for necessário.

Em relação às principais reclamações por parte dos moradores foram:

- As questões ambientais, como o melhoramento do rio Paroeira e do rio Sanhauá;
- Falta de atendimento médico;
- Falta de saneamento básico;
- Falta da coleta de lixo;
- Ausência de calçamento;
- Falta de iluminação pública;
- Enchentes da maré;
- Poucas oportunidades de emprego;
- Faltam escolas profissionalizantes, creches;
- Ausência de área de lazer.

Apesar de que boa parte de suas vias internas sejam pavimentadas, ainda existem percursos inacessíveis e de pequenas dimensões, dificultando acessos de veículos maiores para a coleta regular de lixos e para eventuais necessidades de acesso como corpo de bombeiros ou de ambulâncias. Este fato é um dos responsáveis pelo grande volume de lixo disposto de forma inadequada.

O muro da fábrica de sisal também é um elemento agravante que oferece risco de desabamento justamente para os moradores da Vila São Pedro que se situam vizinho ao muro.

Apesar de a comunidade apresentar vários problemas sociais e ambientais, existe um plano de ação por parte da Prefeitura que visa um projeto de turismo na região. Por estar situada numa área de manguezal e por ser considerada uma reserva ecológica, é essencial um projeto voltado para o turismo ecológico, onde na parte norte do bairro, o mangue ainda permanece intocável, longe dos problemas causados pelo impacto da expansão desordenada das cidades. É imprescindível a utilização de trilhas ecológicas pelo mangue na região, onde só vai atrair turistas de várias regiões do Estado, contribuindo para a economia da cidade e melhorias do bairro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica: condições econômicas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- ANDRADE, M. de C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Ed. Atlas, 1986.
- BIGARELLA, J.J., 1947. **Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná**. B. Geogr.
- CAVALCANTE, Gilene, M. **VENDE-SE UMA VILA: Análise intra-urbana das vilas na Vila de Ponta Negra e no Bairro de Nova Descoberta – Zona Sul de Natal**. Natal, 2006.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- CEMAR – Centro de Culturas Marítimas. **Populações Litorâneas, Movimentos Sociais e Ecossistemas da Costa Brasileira**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CPRM - Serviço Geológico do Brasil; PRODEEM - Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Bayeux**, Recife, 2005.
- DIEGUES, Antônio C. Sant’Ana. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. Dissertação (Mestrado) - NUPAUB; CEMAR, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.
- DIEGUES, Antônio C. Sant’Ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. Ed. Ática, São Paulo, 1983.

DIEGUES, Antônio C. Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: Leituras em antropologia marítima e pesqueira.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, São Paulo, 2004.

DIEGUES, Antônio C. Sant'Ana. **ECOLOGIA HUMANA E PLANEJAMENTO EM ÁREAS COSTEIRAS.** NUPAUB-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras –USP, São Paulo, 1995.

ELLIS, M. **A Baleia no Brasil Colonial.** Ed Melhoramentos/Edusp, São Paulo, 1969.

GUEDES, M. S. O, **Colônia de Pescadores. Organizações Cooperativas ou Entidades de Classe?** Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

HISTÓRIA DE BAYEUX, Disponível em: <http://culturaecristianismo.blogspot.com.br>
Acesso em 20/12/2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010.

JÚNIOR, Everaldo Virgínio Martins. **O Processo de Ocupação e as Questões Sociais no Bairro de São Bento em Bayeux – PB.** João Pessoa, 2006.

LIMA, C. (1997) - **Angola no contexto da turistificação do mundo: análise de um processo.** Lisboa, ISCTE (Tese de Mestrado, pol.).

LIMA, Elaine de Jesus. **Levantamento do Quadro Natural do Município de Manmanguape-PB.** João Pessoa-PB, 2013. Disponível em:
<http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/474/1/EJL01102013.pdf>. Acesso em:
20 de Novembro de 2013.

MADRUGA, Ana G. C. **Entre os limites Naturais do Espaço Urbano e da Marginalização, as Condições de Vida das Comunidades Ribeirinhas.** Cadernos do Logepa, João Pessoa, 2002. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/logepa/article/view/10308/5645>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2013.

MAIA, Doralice Sátyro. **Una Ciudad en reconstrucción: La Ciudad de Parahyba (Brazil) en siglo XIX**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (38). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-38.htm>. Acesso em: 11 de Novembro de 2013.

MAIA, Doralice Sátyro. **Ruas, casas e sobrados da cidade histórica: entre ruínas e embelezamentos, os antigos e os novos usos**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (134). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-134.htm>. Acesso em: Acesso em: 11 de Novembro de 2013.

MAIA, D. Sátyro; Sá, N. L. A. R. **Luzes, Postes e Trilhos: Equipamentos Modernos que Transformam a Morfologia e a Vida Cotidiana na Cidade da Parahyba (Brasil) nos Primórdios do Século XX**. Barcelona, 2012 Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cMaia_%20Luzes.pdf. Acesso em 11 de Novembro de 2013.

MARCELINO, R. L. **Diagnóstico sócio ambiental do estuário do Rio Paraíba do Norte-PB com ênfase nos conflitos de uso e nas interferências humanas e sua área de influência direta**. Dissertação de Mestrado, UFPB, PRODEMA, João Pessoa, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. Editora Universitária, João Pessoa, 1997.

NEIVA, G. S. **Subsídios para a Política Pesqueira Nacional. Terminal Pesqueiro de Santos (TPS)**. Publicação Técnica, 1990. 64p.

NUPAUB - **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras** – Antônio Carlos Sant't Ana Diegues – São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Alves de. **BAYEUX: seu povo, sua história.** João Pessoa: A União, 1999.

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol. **Diagnóstico Sócio-Econômico Urbanístico dos Assentamentos Subnormais em Sete Comunidades do Município de Bayeux,** 2007.

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol **Diagnóstico/Prognóstico Ambiental Do Município De Bayeux-Pb,** 2006.

RODRIGUES, Adriano Pereira. **Manguezal e Degradação Ambiental: Uma Relação de Desequilíbrio na Comunidade do Baralho no Município de Bayeux – PB.** Guarabira, 2010.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana.** Segunda edição, editora hucitec, São Paulo, 1989.

SOUZA, Maria Adélia de. **Governo Urbano.** Editora Nobel, São Paulo, 1988.

SCHAEFFER NOVELLI, Y. **Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar.** São Paulo: Cariblem Ecological Research, 1995.

VANNUCCI, Marta. **Os manguezais e nós.** São Paulo: Edusp, 1999.